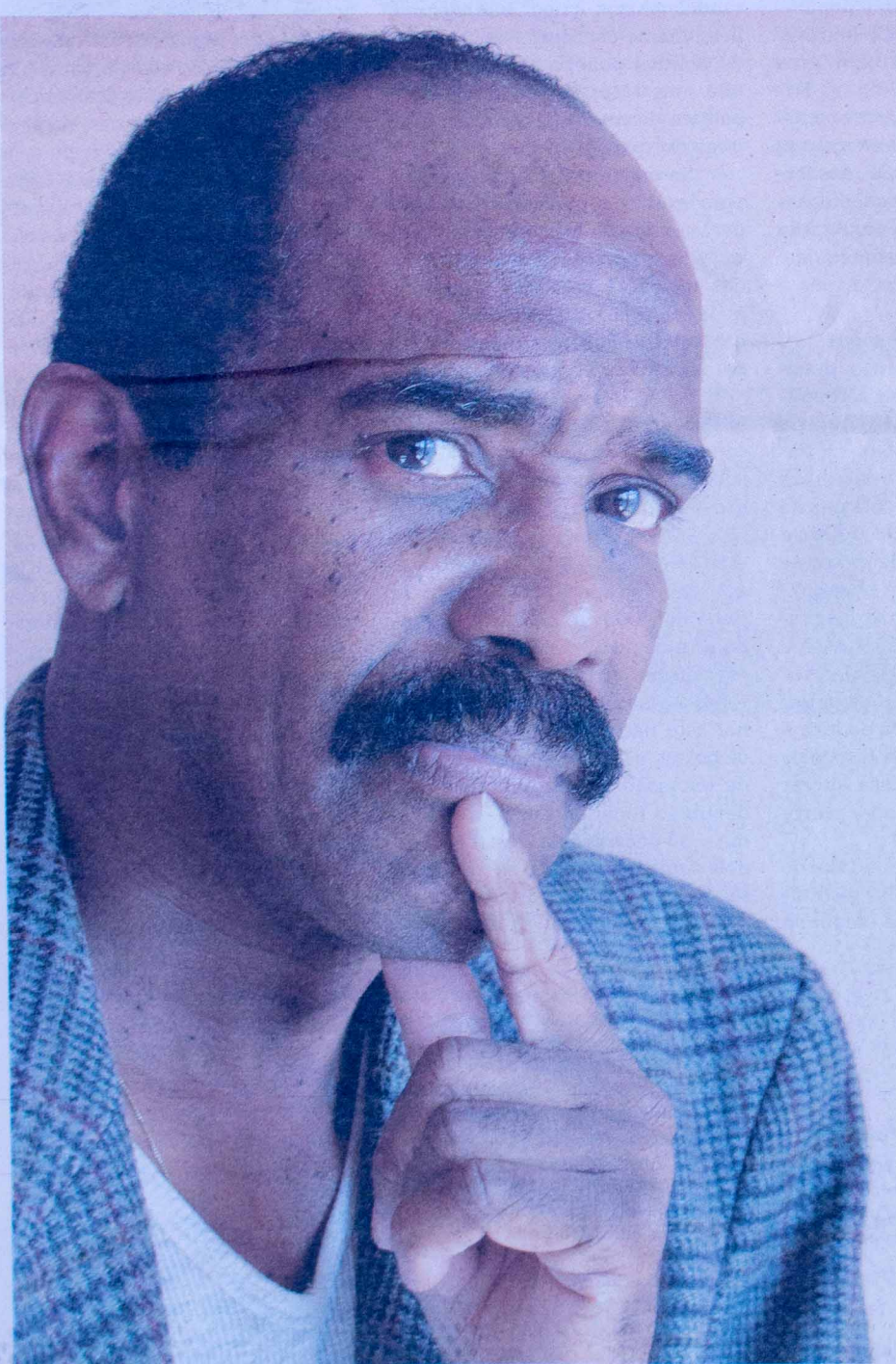




ÍROHÍN

Brasília, ano XIII, nº 25

Foto: Jamúdio Garcia

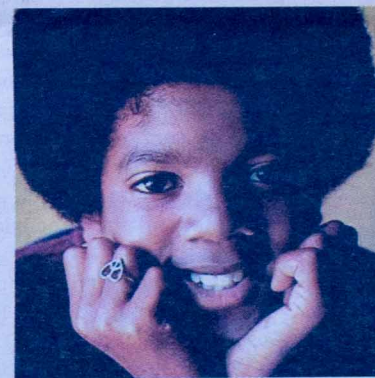


Black Rio

Asfilófilo de Oliveira Filho (Filó), produtor da primeira banda *Black Rio*, esteve, desde o início, no centro dos agitados bailes *soul* dos anos 70, no Rio de Janeiro. Num momento do país em que as liberdades civis foram suprimidas, milhares de jovens negros reafirmaram sua identidade e fizeram dos bailes um exercício de liberdade, desafiando a repressão e o autoritarismo. Entrevista na p. 7.



O velho oligarca controla o MA há mais de 40 anos. Veja os estragos na p.6.



Michael Jackson e o movimento pelos Direitos Civis, na p. 20.



Jônatas Conceição – memória do poeta, professor e diretor do Ilê Aiyê, p.23.

O negro no topo intimida

Comentando o filme "Simonal - Ninguém Sabe o Duro que Dei", Marcelo Coelho, articulista da "Folha de S. Paulo", disse que, nos anos 60, a imagem de um negro no topo da pirâmide social intimidava os brasileiros (edição de 03.06.2009).

Por que se assustavam os brasileiros, o que temiam ou receavam? Parece natural supor que os brasileiros que estavam no topo da pirâmide receassem simplesmente ficar fora dele. Deixar o topo da pirâmide social deve ser mesmo uma coisa assustadora.

Isso foi há cinquenta anos, mas há evidências de que o referido temor não tenha ficado restrito ou localizado na década de 60 do século passado. "É esse debate alarmado e alarmista, pautado pelo racismo científico do século XIX, que acompanhamos ao longo desse livro". Estas são palavras de Célia Maria Marinho de Azevedo, no Posfácio à 2ª edição do indispensável "Onda Negra, Medo Branco" (Annablume, 2004). Onda negra que se forma, na visão de senhores de escravos no século XIX, a partir das "ações anárquicas da 'gente de cor', as quais pretendem nivelar a sociedade com seu desrespeito à hierarquia social, à família, à propriedade" (p. 246).

O deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ) participou do grupo de trabalho que discutiu reforma eleitoral na Câmara dos Deputados. Sua reação enfática à sugestão de inclusão do quesito cor/raça no projeto de lei então em elaboração baseou-se no argumento de que, se houvesse identificação da cor/

raça dos candidatos, os negros em seguida reivindicariam cotas na representação partidária. Uma reivindicação, como se sabe, que é expressão de desrespeito à hierarquização social e política. Com exceção de dois votos femininos, seu conselho de prudência foi acatado pelos demais parlamentares.

No dia 16 de junho, o deputado Carlos Santana (PT-RJ) encaminhou, por sugestão do Irohin, uma indicação (INC 4349/2009) ao Tribunal Superior Eleitoral, propondo a introdução do quesito cor/raça, nos termos adotados pelo IBGE, nos formulários de registros de candidaturas eleitorais, e a ampla divulgação de informações sobre candidatos e eleitos, segundo cor/raça, a toda a sociedade brasileira.

É um caminho possível e o ministro Carlos Ayres Britto, presidente do TSE, expressou ao deputado Carlos Santana, a Regina Adami, Graça Santos e ao representante do Irohin seu interesse em discutir o processo de afirmação identitária no campo da política. Quantos negros, quantos índios se candidatam? Quantos se elegem?

A omissão, no registro das candidaturas, da cor dos candidatos é reveladora dos limites da democracia no Brasil. É expressão da dominação racial no campo da política e os partidos não parecem dispostos a negociar nada que possa alterar os desequilíbrios de poder entre brancos e não-brancos.

Em março, comentei no site do Irohin (www.irohin.org.br) resultado de pesquisa do Ibope, segundo

a qual "77% dos entrevistados afirmaram que votariam em um homem negro e 75% elegeriam uma mulher negra para qualquer cargo público, número maior dos que votariam em mulheres de qualquer raça".

A pesquisa ilustrava a existência de pessoas dispostas a votar em candidatos que, a rigor, não existem. Semelhante concepção da identidade política poderia parecer estranha, mas o fato é que a mobilização política do negro passa mesmo ao largo dos partidos.

Se existe um critério objetivo para avaliar a abertura partidária para o tema da luta contra o racismo e a superação das desigualdades raciais, a partir do início dos anos 80, esse critério é a composição étnico-racial das bancadas federais, estaduais, municipais.

Pesquisa realizada pela revista Época e o Instituto FSB com 247 congressistas incluiu uma questão sobre a representatividade do negro no Congresso Nacional: Muito alta - 0,4%; Alta - 3,3%; Mediana - 16,7%; Baixa - 47,3%; Muito baixa - 32,2% (Época, edição de 6 de julho de 2009, nº 581, p.44). Embora cerca de 80% dos parlamentares considerem que o negro está mal representado no Congresso Nacional, isto não significa que estejam dispostos a alterar o grave quadro de exclusão. A argumentação do deputado Índio da Costa, como vimos, só encontrou a resistência de dois votos femininos e as mulheres são apenas 7% dos parlamentares.

Na noite da quinta-feira

29.05.2009, em intervalo do "Jornal Nacional", da Rede Globo de Televisão, foi ao ar mais um programa do Partido dos Trabalhadores. Eram claros todos os personagens que tinham expressão partidária, institucional ou sindical. Eram escuros os representantes do povo agradecido e o apresentador do programa.

No "governo de todos", a parte que representa o todo é clara. Os escuros, emocionados e dramáticos, agradecem as benfeitorias. O programa do partido mais "popular e democrático" tem a força da evidência que nenhuma manipulação verbal pode ocultar. Os negros não são visíveis nas propagandas partidárias, nem o são também no Congresso Nacional, em Assembléias e Câmaras. Menos ainda nos cargos executivos.

A pesquisa do Ibope revela uma dinâmica acentuada de parte da sociedade brasileira, que coexiste com persistentes limitações no seio dos partidos e nas estruturas do Estado quanto às formas de representação da diversidade étnico-racial. O negro é dimensão do eleitorado a ser levada em consideração (na TV os apresentadores - modelos e atores - e o povo agradecido ou indignado expressam os limites da preocupação com o voto), mas deve ser excluído da participação política que lhe permitiria acesso ao poder. Como dizia Lima Barreto, em seu "Diário Íntimo" (p. 82), "É singular essa República".

Edson Lopes Cardoso

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 14 mil exemplares - edição de agosto de 2009.

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Colaboraram nesta edição: Alberto Lima, Ana Alakija, Ana Cláudia Mielki, Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luíza Pinheiro Flauzina, Artemisa Odila C. Monteiro, Cláudia Alexandra Santos, Carlos Alberto Medeiros, Deborah Silva Santos, Diana Clara Condá, Hamilton Borges Walé, Inaê Adami Santos Cardoso, Isabel Clavelin, Isabelle Sanches

Pereira, Jamile Menezes, Januário Garcia, Kabengele Mbiya, Lande Onawale, Lindinalva Barbosa, Lunde Braghini, Magno Cruz, Márcio André dos Santos, Michela Brígida Rodrigues, Nívia Santana, Péricles Cunha, Tana Adami Santos Cardoso, Wania Sant'Anna, Wesley Alcides Lucas, Wilson Militão.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (Oxé de Xangô): J. Cunha

Site: www.irohin.org.br

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford



Não deixe a sua cor passar em branco - o que esperar para o Censo de 2010

Wania Sant'Anna*

"Afastada a questão de desigualdade, resta na transformação biológica dos elementos étnicos o problema da mestiçagem. Os americanos do Norte costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro, mas que o Diabo fez o mulato. É o ponto mais sensível do caso brasileiro. O que se chama de arianização do habitante do Brasil é um fato de observação diária. Já com um oitavo de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo é o fenômeno do passing nos Estados Unidos. E assim na cruz contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro."
Paulo Prado, Bacharel em Direito, fazendeiro, empresário e influente porta-voz da aristocracia paulista, em Retratos do Brasil, de 1928.

Em maio de 2008, no aniversário de 120 anos da Abolição do trabalho escravo, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) fez ecoar por vários órgãos uma informação, para muitos, bombástica: mantendo-se as tendências demográficas atuais para a população brasileira de "cor/raça" branca e negra, em 2010 a população negra deverá ser maioria no país.

No Brasil, acontecimento como esse tem uma longa história, com vários capítulos, e todos difíceis de serem tratados em um único artigo. No entanto, existe algo sobre ele que ressalta como especial. Ao contrário do desejo – manifesto ou oculto – de transformar o país em uma nação menos negra que o perfil da população demonstrava ao final da escravidão – e ao contrário da ideologia do embranquecimento – empreendida e glorificada por diversos meios ao longo de mais de um século – os afro-descendentes

no Brasil não desaparecerão de forma tão simples quanto se pôde, um dia, imaginar.

Essa provavelmente maioria em 2010 demonstra a superação de barreiras impressionantes a sua existência física e cultural. Nunca é demais lembrar, por exemplo, que os incentivos público e privado à política de migração europeia de finais do século XIX e início do século XX, responsável, em seis décadas, pelo ingresso de mais de 4 milhões de cidadãos europeus, teve como uma de suas justificativas o embaquecimento da população brasileira e resultou, entre outras consequências, no desprezo e restrição ao uso da mão-de-obra recém-liberta em atividades produtivas tanto nas regiões urbana como rural.

O histórico de esquecimento e desvalorização dessa parcela da população pode ser percebido em quase todas as esferas de realização de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Por todo o país, a grande maioria da população afro-brasileira enfrentou, no seu primeiro século pós-escravidão, o infortúnio da fome, da insalubridade, do analfabetismo, da interdição ao voto por não saberem ler e escrever. Por todo século, em liberdade, os afro-brasileiros viram-se como alvos de aparatos de segurança por cultuarem os orixás, por jogar capoeira, por realizar rodas de samba, por não terem carteira de trabalho assinada, por terem uma "aparência suspeita". Como diz o samba enredo, atravessou-se o século longe dos açoites da senzala,

preso na miséria das favelas.

Assim, uma maioria afro-brasileira em 2010 desafia o histórico de taxas mais elevadas de mortalidade infantil, as sugestões freqüentes de esterilização das mulheres como o caminho mais "adequado" de redução da pobreza no país, as taxas mais elevadas de homicídio entre os jovens negros em qualquer região metropolitana. Assim, nós acreditamos que ser maioria, em 2010, é um

acontecimento resultante da consciência forjada pelo discurso anti-racista de elevação da auto-estima da população negra e de luta por direitos elaborados pelas organizações do movimento negro e seus ativistas.

Se em mais de 120 anos os indicadores sócio-econômicos da população branca e negra permanecem apresen-

tando diferenças tão expressivas na educação, nas condições de moradia, na ocupação, nos rendimentos resultantes do trabalho, na formação profissional, na ocupação de posições de decisão nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, qual o significado de, ainda assim, os afro-brasileiros virem a ser, numericamente, maioria em 2010 senão a consciência de que se deve, ao menos, respeitar a sua própria existência?

A persistência das classificações de cor

Considerando as classificações utilizadas nos censos brasileiros realizados desde o século XIX, é possível afirmar que a identificação étnico/racial da população brasileira

não constitui uma realidade recente e que há 137 anos o país realiza levantamento sistemático sobre as origens étnico/raciais ou culturais de seus residentes. A novidade, desde os anos 80 do século passado é a pressão do movimento negro e seus ativistas para que os dados coletados fossem divulgados com regularidade para toda a população e a vitória obtida, nos anos 90, com o atendimento a essa demanda.

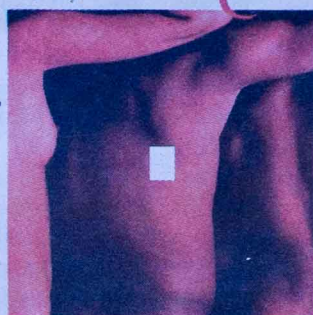
Nessa trajetória de classificação étnico/racial, importa relembrar que, no Brasil, o primeiro levantamento censitário, em 1872, foi determinado por uma lei tida como golpe fatal ao regime escravo: a Lei Rio Branco, ou como ficou popularmente conhecida, a **Lei do Ventre Livre** – de 28 de setembro de 1871. Interessados em realizar o "mais relevante levantamento sobre a população escrava" no Brasil, e proceder às medidas de libertação dos cativos, a Lei aponta no seu Artigo 8º que "O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com a declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um".

Desde então, e à exceção dos censos realizados em 1900, 1920 e 1970, todos os levantamentos censitários nacionais têm incluído perguntas referentes à **cor e à etnia** da população brasileira. Em 1910 e 1930 não foram realizados os levantamentos censitários. A literatura disponível sobre o assunto informa que a não realização dos censos se deu por problemas de ordem política.

No Censo de 1872 foram utilizadas, além das classificações "livres" e "escravos", as classificações de cor/etnia **branco, preto, pardo e caboclo**. No caso da população cabocla, esta

NÃO DEIXE SUA COR PASSAR EM BRANCO

Responda com bom senso



incluía os indígenas e seus descendentes. Em 1890, não sendo mais necessário coletar informações sobre o *status* de livres ou escravos, foram utilizadas as classificações **branco, preto, caboclo e mestiço**.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936, e a realização do primeiro levantamento censitário sob sua responsabilidade, em 1940, as classificações de cor/etnia serão mantidas com as denominações: branco, preto e amarelo. A novidade será a introdução de um espaço em branco reservado à resposta quando fosse impossível determinar a cor do recenseado. Neste caso, os recenseadores optaram por classificações tais como **"caboclo, mulato e moreno"**. As classificações resultantes da opção em aberto levaram a decisão de agrupá-las em uma única classificação: **"pardos"**. Data desta época a consolidação do "pardo" como uma síntese das classificações caboclo, mulato, moreno, cafuzo, entre outras denominações tidas como expressões do caráter miscigenado da população brasileira. Finalmente, a única alteração substantiva é a introdução, em 1991, da classificação indígena, consolidando cinco opções de classificação de "cor/raça" no país: branco, preto, pardo, indígena e amarelo.

São essas as cinco classificações clássicas, consolidadas entre os brasileiros nos levantamentos censitários, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e que tem ancorado as reivindicações de políticas públicas voltadas à população afro-descendente por todo o país. Ou seja, reivindicações pautadas em um **sólido histórico** de levantamentos nacionais sobre a "cor/raça" dos residentes no país e, portanto, sem nenhum motivo substantivo para alteração no Censo 2010.

Os rumores sobre as mudanças na coleta e na classificação de "cor/raça"

Em novembro de 2008, uma representante do IBGE presente ao Seminário *Censo 2010 y la inclusión del enfoque étnico - Hacia una construcción participativa com pueblos indígenas y afro-descendientes de América Latina*,

organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Chile, anunciou, entre outros destaques, uma significativa – senão decisiva – mudança na forma de coletar as informações sobre "cor/raça" no próximo censo brasileiro. Segundo essa representante, o IBGE já haveria decidido transferir a pergunta relativa à "cor/raça" da população do "questionário da amostra" para o "questionário básico".

O que isso quer dizer? O processo de recenseamento inclui a utilização de dois questionários – o básico e o da amostra. O "questionário básico" é destinado à coleta de alguns dados junto a **todas** as pessoas residentes no país – ou seja, ele é o instrumento a ser aplicado a todos os domicílios ocupados.

O "questionário da amostra", ao contrário, é aplicado apenas a uma **parcela** das pessoas residentes no país e, como o nome adianta, trata-se do ponto de vista da ciência estatística de uma amostra, **um "extrato" do universo**. Trata-se, portanto, de um instrumento a ser aplicado a uma fração dos domicílios ocupados. Mas um extrato suficientemente robusto porque substantivamente estratificado para representar de modo adequado o universo da população recenseada.

Além dessas duas distinções sobre a quem toca responder a um e outro questionário, outro diferencial fundamental nos dois instrumentos de coleta tem a ver com o seu conteúdo. Enquanto o "questionário básico" é composto de pouquíssimas perguntas o "questionário da amostra" inclui um vasto e variado conjunto de temáticas traduzidas em considerável número de perguntas. No que diz respeito aos domicílios visitados no Censo de 2000, o "questionário básico" incluiu apenas seis perguntas relacionadas às características dos moradores – a saber: sexo, relação com a pessoa responsável pelo domicílio, mês e ano de nascimento, idade, condição de alfabetização (saber ler e escrever) e escolaridade (última série concluída).

No caso do "questionário da amostra", além de todas as perguntas do "questionário básico", este inclui um amplo conjunto de perguntas sobre característica do domicílio e de seus moradores. Em 2000, as

perguntas relacionadas às pessoas residentes no domicílio ultrapassavam sessenta e, como de praxe, as respostas eram condicionadas a situações individuais, tais como a de ser mãe, estudante, empregado, aposentado, entre outras. Através dele é possível obter amplo diagnóstico dos domicílios, das pessoas e das famílias residentes no país – tipos de moradia, condição de ocupação e equipamentos domésticos no domicílio, posição na família, perfil das migrações internas, escolaridade, condição de atividade (emprego, desemprego, aposentarias), rendimento resultante de atividade produtiva ou não, informações sobre gestações, entre outros.

Até o presente, é no questionário da amostra que encontramos a pergunta sobre "cor/raça" da população brasileira. De fato, será no questionário da amostra que iremos encontrar as perguntas relacionadas ao campo da diversidade como, por exemplo: sexo, idade, religião, deficiência, naturalidade, nacionalidade, estado civil, entre outros. Resumindo, o "questionário da amostra" fornece informações importantes para um conjunto imenso de análises sócio-econômicas sobre a população residente no país bem como para o estabelecimento de políticas públicas para essa população.

Tendo isso em mente, a robustez da amostra e sua capacidade de representar o universo da população brasileira nos diversos temas investigados no Censo, que motivo levaria o IBGE a tomar a decisão de retirar a pergunta relativa à "cor/raça" da população do "questionário da amostra", transferindo-a para o "questionário básico"? Nossa crença é a de que essa decisão não se justifica por outro motivo senão o de provocar problemas na coleta de informações sobre a "cor/raça" da população brasileira.

Outro rumor em torno do Censo de 2010 diz respeito a alterações das classificações de "cor/raça". Segundo tais rumores, o IBGE estaria pensando em ampliar as classificações disponíveis, tendendo a incluir "matizes" de cor. Os argumentos estariam pautados na consideração de que, pelo país afora, as cinco classificações adotadas até aqui não dariam conta de captar o matiz "miscigenado" da população – ou

seja, as classificações "preto" e "pardo" a partir das quais temos conseguido fazer expressar a consciência relacionada à afro-descendência e ao legado de 4 milhões de africanos – homens e mulheres – trazidos como escravos para o Brasil, devem ser alteradas para dar sentido ao vazio da **"morenidade"**.

Isso é o que poderíamos chamar, na linguagem do futebol, de um "tapetão". Para as organizações do movimento negro e seus ativistas a classificação "pardo" sempre foi um incômodo – pardo são os gatos e papel de embrulho. No entanto, também é verdade que nos últimos 35 anos essas organizações e seus ativistas logram conscientizar a população brasileira, em especial a população negra, de que o fenótipo negro, aquele que indica sem sofisma a herança da escravidão, constitui um dos mais fortes motivos de preconceito, discriminação racial e racismo, e que os indicadores de vulnerabilidade social, econômica, política e cultural de "pretos" e "pardos" são, rigorosamente, os mesmos. Assim, não existem divisões no interior desse grupo que justifique separações, ou negações à sua luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

E, talvez, isso explique, por exemplo, outra importante mudança no padrão de identificação da população brasileira por cor ou raça. Entre 1991 e 2000, as variações em termos da **participação relativa** da composição da população total, segundo os grupos de cor, mostram que o percentual de população de cor preta aumentou mais de 22%, enquanto o de brancas só se incrementou em 3.5%, e as pessoas autodeclaradas pardas diminuíram em mais de 8%.

Enfim, todos esses dados não são sutilezas. Eles expressam muitos acontecimentos – da ampliação da consciência ao contato com um mundo globalizado que nos informa, a cada dia com mais vigor, as lutas contra a discriminação étnico/racial em todos os continentes. Nesse contexto, de emergência do debate sobre a má distribuição dos recursos simbólicos e políticos, em nível planetário, é ingênuo pensar que mudanças apresentadas às pressas e com intuito de frear esse sentido de consciência e

conscientização possam ser estancadas dessa maneira.

É tempo de alerta. Não se pode correr o risco de perder tudo o que se conseguiu construir como série histórica de indicadores sobre o perfil das desigualdades sócio-econômicas que os levantamentos censitários, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME) nos fornecem de forma fidedigna. Que-

brar essa série histórica é uma aventura sem limites. O Censo está aí e talvez seja o momento adequado de, mais uma vez, lembrar e atualizar a campanha, desenvolvida durante a realização do Censo de 1991, **"Não deixe sua cor passar em branco – Responda com bom c/senso"**.

Àquela época a Campanha listou três objetivos sensíveis, a saber:

1) Sensibilizar pessoas de origem africana a declarar sua cor a

partir do referencial étnico;

2) Contribuir na construção de indicadores nacionais sobre as condições sócio-econômicas da população de origem africana;

3) Fazer veicular uma mensagem positiva da população de origem negra tendo em vista a recuperação de sua auto-estima cultural e política.

Ao que tudo indica, em 2010, vamos ter a oportunidade de acres-

centar ao menos mais um: assegurar que o combate ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo seja um objetivo permanente de uma sociedade que deseje ser justa, democrática e anti-racista.

** Historiadora, pesquisadora de relações de gênero e relações raciais. Atualmente atua como consultora permanente da Comissão de Diversidade da Petrobrás.*



Que pauta nos anima sobre as fissuras do Conseg?

Dedicado às/aos jovens das pastorais da juventude do Brasil, do fórum baiano de juventude negra, da ASFAP e Reaja ainda vivos

*Hamilton Borges Walê**

Maria das Graças Nascimento e as "Mães e Familiares de Vítimas do Estado", no Espírito Santo, amargam uma segunda tragédia em suas vidas. Maria das Graças permanece em estado de greve de fome desde a sentença do tribunal do júri que absolveu os assassinos de seu filho Pedro Nacort Filho.

Ela nos desperta com seu martírio do sonho delirante da redemocratização brasileira, nos revela em sua dor profunda que estamos mergulhados e mergulhadas num fascismo que galopa em fúria pra cima de nós. Falo desse **nós** com cor, moradia e história no território nacional. Uma história de confrontos. Maria das Graças Nascimento ocupa a porta do Ministério Público de Vitória em protesto. Como Antígona moderna, luta contra o Estado, negando-se a aceitar a enormidade da brutalidade estatal como uma barreira para se manter em luta.

A Conseg não pauta as vozes dos familiares e vítimas do Estado Brasileiro e esses familiares não desejam silenciar suas vozes na expectativa de uma reforma que não nos oferece segurança contra o genocídio. Eles querem a utopia de um novo modelo de Estado enquanto apóiam-se uns nos outros, preparando-se para a luta justa.

Ricardo Matos, o jovem de 17 anos, artista circense, morto por uma guarnição da polícia militar na Co-

munidade de Bate Facho, em Salvador, nos empresta o símbolo do seu martírio para que tratemos de frente as raízes profundas do racismo e do sistema de justiça criminal.

Um ano depois da morte de Ricardo Matos, sua família vai morrendo aos poucos, definhando junto aos restos mortais do filho. Pai, mãe e os cinco irmãos de Ricardo Matos vivem a via crucis do descaso.

Foram incluídos às pressas no Programa de Proteção a Testemunhas (Provita) - por certo por conta dos holofotes do caso Djair, pautado pela revista "Carta Capital" - e colocados num motel de beira de estrada, muito perto de seus algozes, na mira vingativa das corporações policiais que ceifaram a vida do garoto Ricardo Matos.

A família foi retirada do programa sem qualquer justificativa (além do racismo e do descaso) e hoje vive o desespero da fome, abandono e as seqüelas psicológicas da perda de um filho, irmão e neto. O irmão de Ricardo, testemunha ocular do crime, vem sendo ameaçado.

"Nós somos a contradição da Conseg" (Vilma Reis). A Conseg não aponta soluções políticas para a crueldade do sistema de justiça criminal que nos encarcerou, ao contrário, em dois dias o governo do Estado da Bahia realizou no mês de julho uma conferência que represou nossa demanda por participação, mudança e efetividade na proteção das pesso-

as. Podemos afirmar que a Conseg/BA constituiu-se em fracasso.

Fracasso de participação quantitativa, mesmo se utilizando o recurso da inscrição virtual que elimina o debate, a população se recusou a legitimar o engodo de se tratar de segurança sem pautar a tortura, a violência estatal, a desmilitarização e uma ação social efetiva nas comunidades apartadas social e racialmente.

Fracasso de participação política: sob a regência de uma representante do ministério da Justiça, a sociedade civil teve que ouvir que não poderia discutir o regimento interno; que o regimento fora previamente aprovado com a cumplicidade de "pelegos" travestidos de sociedade civil e/ou movimento social. Esta mesma sociedade civil constrangida, humilhada, ameaçou retirar-se para preservar o mínimo de decência. No entanto, uma parte cooptada, chapa-branca, organizou a capitulação e o retorno constrangido aos trabalhos.

A I Conferência de Segurança Pública do Estado da Bahia, aberta por um secretário com responsabilidade no *modus operandi* eugênico e vingativo do atual modelo de segurança pública, e acompanhada por organizações de direitos humanos caladas, silenciadas frente a centenas de cadáveres (como os dos jovens do bairro de Canabrava), sem que se ouvisse um murmúrio de

protesto sequer, foi, de fato, um fracasso.

A Conseg não permitiu o debate real sobre segurança, apareceu apenas para legitimar o Pronaci que perambulou entre nós como um artefato virtual e agora libera fortunas para algemas, cadeias e muros como os que se erguem na cidade maravilhosa.

Não à Conseg! Para nós a pauta é outra! Nossa pauta organiza a resistência popular e apresenta alternativas a esta segurança pública que retroalimenta a indústria da violência e a criminalização dos pobres, das negras e negros e dos movimentos sociais. Caravanas vindas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília, Pernambuco, Espírito Santo, enfim de todo o país, dirigem-se a Salvador para a realização do I ENPOSP - Encontro Popular pela Vida e por um Outro Modelo de Segurança Pública. Nos dias 14, 15 e 16 de agosto nos reuniremos - comunidades e vítimas de violência do Estado - para discutir, propor e preparar uma articulação nacional para pôr fim ao processo de genocídio. Para isso, convocamos os leitores e leitoras do jornal Ìrohìn para que assumam esta pauta em suas mãos.

***Campanha Reaja ASFAP- Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas/Ba Articulação Nacional do I ENPOSP**



Maranhão: “Balaiada”, Enchentes, Descasos...

Diferentemente do passado, os novos balaies não conseguiram mobilizar amplamente a população e impedir a cassação do governador

Magno Cruz (*)

Apesar do caráter sensacionalista das matérias cotidianamente exibidas nas redes de televisão, as enchentes no estado do Maranhão constituem, de fato, um lado da face dessa imensa tragédia, acrescida com episódios não menos trágicos e revoltantes como de “políticos” que desviam os donativos para seus “currais eleitorais”, ou de quadrilhas que assaltam os caminhões que transportam esses donativos, ou de prefeitos que não são encontradas nas suas cidades para receber e coordenar a distribuição das doações, já que estão na capital, instalados em suas mansões à beira das praias, e por aí vai...

Sem o devido aprofundamento – característica da mídia que sobrevive vendendo para o povo a própria desgraça desse povo – as matérias sobre as cheias no Maranhão passam a idéia que toda pobreza/miséria dos desabrigados é consequência isolada das fortes chuvas. O que não é verdade: a pobreza/miséria da maioria da população maranhense vem de longe, remonta ao período escravocrata, e, mais recentemente, vem de 40 anos de mandos e desmandos da oligarquia dos Sarney (e seus apadrinhados), cujas riquezas e poderes são inversamente proporcionais a esse quadro de extrema vulnerabilidade dessa população.

Nessas notícias espetaculosas o discurso superficial é sobreposto intencionalmente pela força das imagens – mostrando uma gente marcadamente negra, e com mestiçagem, que “irracionalmente” insistem em morar nas áreas ribeirinhas ou encima/embaixo de barrancos com riscos de enchentes e

desmoronamentos. Traduzindo: as imagens maldosamente direcionam para uma falsa lógica que a responsabilidade do flagelo é dos flagelados. O complemento dessa mensagem, ainda mais perverso, dá-se nas cucas maravilhosamente destroçadas pela ideologia racista na qual o negro é culpado ainda que prove o contrário.

Outro equívoco induzido é pensar que a recente tragédia a atingir quase metade dos 217 municípios maranhenses é apenas a destruição provocada pelas tempestades e inundações. Outra tragédia começou a se delinear no final de 2008, quando se tornou irreversível o processo de cassação do governador Jackson Lago – eleito no 2º turno das eleições de 2006, numa disputa acirrada com a filha do coronel Zé Sarney, Roseana – que agora se auto-denomina de “Guerreira”.

Como naquele ano, 2008, completava 170 anos do início da Guerra da Balaiada, os apoiados, beneficiados e simpatizantes do governo Jackson, instituíram o movimento denominado “Balaiada” com o objetivo de se contrapor à cassação do então governador. Os “novos balaies” sediados numa tenda gigante em frente ao Palácio dos Leões, protegidos pela polícia (!) e bancados com dinheiro público (!), não

conseguiram mobilizar nem sensibilizar aquela massa popular expressiva que foi às ruas, em novembro de 2006, festejar o suposto fim da oligarquia de 40 anos e a chegada da tão suada e sonhada MUDANÇA.

O sonho acabou em abril de 2009, cumprindo-se a profecia do velho oligarca José Sarney, o senador do Amapá (!), que teria em 2006 consolado a chorosa e birrenta “Guerreira” derrotada nas urnas, prometendo: “Não chore, filhinha do papai, você voltará ao comando do Maranhão!” Diga-se de passagem, o governo Jackson forneceu



Senador José Sarney

todas as munições para se cumprir tal premonição: virou as costas para os movimentos populares, iniciou o mandato peitando intransigentemente uma greve interminável dos professores estaduais, sem se falar num mar de denúncias sobre corrupções e roubalheiras desenfreadas em quase todos os escalões da administração estadual.

Diferente da Balaiada do passado que recebeu o apoio massivo dos quilombolas insurreccionados sob o comando do Imperador Dom Cosme Bento das Chagas, a “nova Balaiada” tentou, mas não conseguiu o apoio do Movimento Negro, exceto de algumas lideranças negras. Também não houve confronto

nem mortos, como em 1840, quando o sanguinário Duque de Caxias comandou pessoalmente o extermínio genocida de 11 mil negro/as. Se bem que o governador Jackson Lago, numa bravata, tenha bradado que só deixaria o Palácio, morto; recebendo o apoio incondicional do deputado federal negro, Domingos Dutra (PT), que, solidário, esbravejava que morreria junto com o governador cassado. Detalhe: ambos continuam bem vivos e... fora do Palácio.

Tal qual num conto de fada invertido, a “turma do mal” venceu, e assim assumiu novamente o poder, quem sabe, por mais 40 longos e tenebrosos anos... Tendo, no início desse novo mandato, de enfrentar a desgraça de três terríveis pragas: primeira, a cirurgia de um aneurisma cerebral da “Guerreira”; segunda, a falência financeira do Estado, pois Jackson limpou os cofres, torrando quase 1 bilhão de reais (!) em menos de um mês, ou seja, o que não conseguiu “gastar”, entregou aos prefeitos de sua base aliada; a terceira praga são as enchentes, tornando visíveis um exército de populações vulneráveis, vítimas de uma sucessão de descasos, omissões, conivências e práticas criminosas daqueles que se locupletam com o poder, e sempre aproveitam a boa fé do povo e as tragédias que o assolam, para fazer como o carcará da música do compositor negro João do Vale “Pega, mata e come!”

(*) Magno Cruz é militante do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN).

FILÓ: uma nova postura do negro, num contexto de repressão e autoritarismo

Páginas e mais páginas de histórias. Aos 60 anos e 40 deles dedicados à cultura negra, Asfilófilo de Oliveira Filho – o produtor cultural Filó –, contribuiu decisivamente para a criação dos bailes **black** nos anos 1970. Viu nascer a primeira roda de samba do Brasil, no Clube Renascença. E conviveu com grandes nomes da dramaturgia e da MPB: Elizete Cardoso, Roberto Ribeiro, Paulinho da Viola, Dona Ivone Lara, Zezé Motta, Zózimo Bulbul, Nei Lopes, Elis Regina, Belchior. Só pra citar alguns.

Consciência negra, atitude, diversão e arte desviaram o caminho do jovem engenheiro. Dividia-se entre a administração da agência de automóveis da família e o agitado circuito Zona Norte-Zona Sul do Rio-e-Baixada Fluminense. Filó é figura histórica do showbusiness nacional. E tudo começou com a juventude reunida no clube negro Renascença.

Embalou mais de um milhão de jovens do Rio de Janeiro no ritmo da Black Music. Ergueu a Soul Grand Prix. Disputou as paradas de sucesso e venda de LPs de Coletâneas de Soul, superando Roberto Carlos por semanas. Foi colunista do Jornal do Brasil e da Última Hora. Não escapou da repressão da ditadura, passou pelo DOPS. Virou alvo da grande mídia. Mas essa é mais uma das muitas revelações dessa entrevista ao Ìrohìn, que teve a par-

ticipação de Carlos Alberto Medeiros (Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro) e Januário Garcia (excepcional fotógrafo e ativista) também personagens desse período que continuam na ativa.

Ìrohìn - Fale um pouco de você e de sua família.

Filó - Nasci no Rio, em 1949. Fui criado em várias comunidades, mas me fixei no Jacaré, próximo à Vila Isabel e ao Méier. Sou de família pobre: pai mecânico e mãe empregada doméstica. Meu pai conseguiu comprar e vender carros. Tornou-se dono de agência de automóveis e sócio de grandes empresários da época. Essa ascensão possibilitou a mim e à minha irmã a entrada na universidade. Fiz engenharia civil, na Fundação Souza Marques, que até hoje é de propriedade de família negra. Mas antes já tinha feito mecânica na Escola Técnica Nacional. A partir dos 17 anos, era o organizador da estrutura contábil administrativa da empresa, porque meu pai não tinha nem o primeiro grau (atual ensino fundamental).

Ìrohìn - Como começou seu envolvimento com a área cultural?

Filó - Com a comunidade. Aos 18 anos, ganhei um carro e come-

cei as andanças pelo Rio. Os negros tinham dificuldade de deslocamento. Zona Nor-

te era Zona Norte, Zona Sul era Zona Sul, a Baixada era Baixada. Segregação socioespacial! O que unia eram as festas da Penha, os piqueniques na Praia de Guaratiba e Paquetá. Oportunidade para conhecer os sambistas, as tias, as comidas... Lembro que eu ia pro Irajá e quem mandava lá era o Nei Lopes. Saíamos da Zona Norte pra Zona Sul – no Beco da Fome, onde os artistas se reuniam. Lindaura era a tia do local. Servia três ou quatro pratos, só para os artistas que circulavam por ali: Toni Tornado, Tim Maia, Simonal. Era o meu point. Tinha vários amigos, como o Roberto Ribeiro, que estava começando.

Ìrohìn - Você já era sócio do Renascença?

Filó - Sim. Naquele momento, o Renascença era voltado para a família. Os diretores eram advogados, aposentados, engenheiros. Tinham posição, mas eram pessoas discriminadas em outros locais. Aconteciam festas básicas, como Miss Renascença, reuniões de almoço, baile da flor, baile de debutante. Havia pouco espaço para nós, jovens, e isso foi se tornando pesado. Che-

gamos ao ponto de que o grupo decidiu assumir o comando cultural do Renascença. Na época, Volnei da Almeida, Maneca, o falecido Haroldo de Oliveira e Airton Guimarães. Esse grupo fez com que o Renascença se transformasse num ponto cultural.

Medeiros - O pessoal tradicional do Renascença fazia festas tocando música erudita. A idéia era se diferenciar do negro pobre e do branco de classe média.

Filó - Exatamente. Havia a seguinte divisão: de agosto até março era o período do samba. As escolas de samba comandavam. Todos nós tínhamos as nossas alas. Grande parte do Renascença saía na ala Comigo Ninguém Pode da Mangueira. E eu estava lá. Mas tinha a galeira do Salgueiro e da Portela. Acabou o carnaval, o que acontecia? Os grandes bailes! Era Ed Lincoln, Lafaiete. O esquema era cabelo gomado, visual todo trabalhado, sapatos de bico fino.

Ìrohìn - Como a dramaturgia entrou no clube? Qual o seu papel no grupo?

Filó - A palavra era transforma-

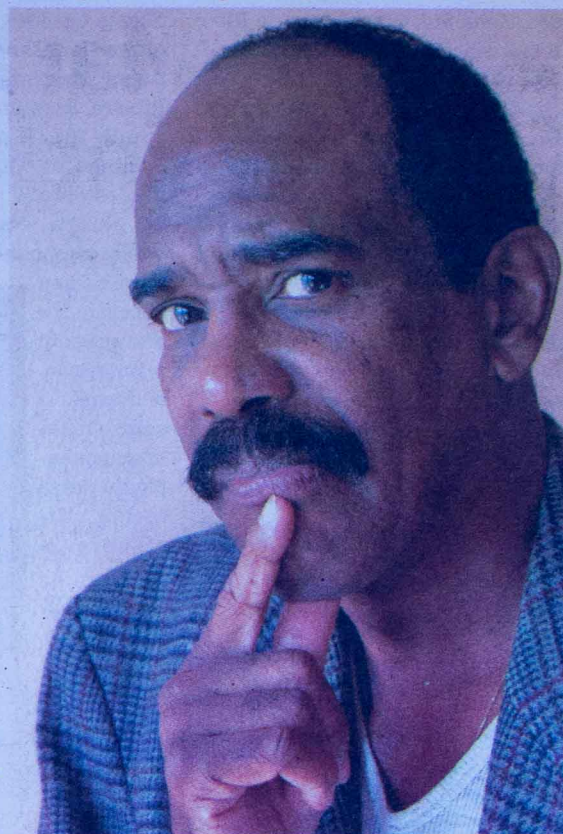
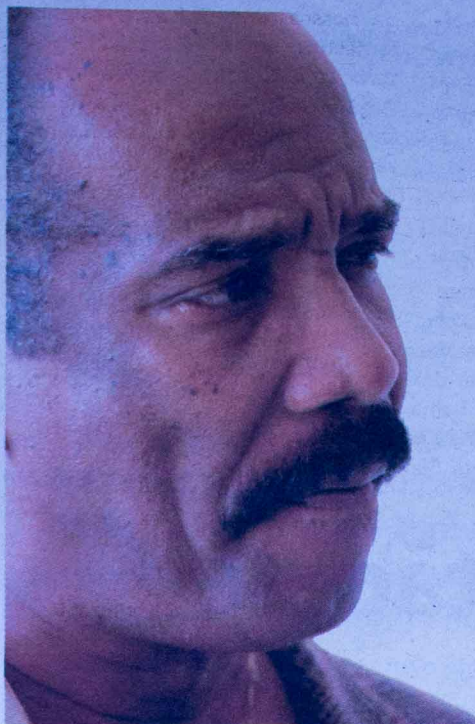


Foto: Januário Garcia

Figure 1



Medeiros – Em 1974, conheci Filó. As coisas estavam efervescendo. Aconteceu a primeira reunião na Cândido Mendes relativa ao 13 de maio, no Centro de Estudos Afro-asiáticos em Ipanema, com José Maria e Luiz Pereira à frente do processo. Depois, foi criado a Simba (Sociedade Brasil-África) e, em 75, foi fundado o IPCN.

Ìrohìn – E quando você percebeu mais concretamente a presença da repressão?

Filó – A repressão começa lá atrás, a partir do momento em que recebo meu diploma em 74. Um ano antes eu já tinha sido ameaçado. 'Corta esse cabelo, tira essa bata africana, esse chinelo que na verdade é um tamanco, tira essa mochila, se não você não vai passar'. Era meu professor de Cálculo, e eu era o único aluno não militar. Tony Tornado na época falou: 'Revolucione, estou contigo! Tinha que botar aquela beca e o chapéu. Eu tinha um terno todo branco, ele me deu um chapéu amarelo deste tamanho. "Negrão, é contigo"! Na hora em que eu fui chamado pra pegar o diploma, tiro a beca, pego o diploma, boto o chapéu e levanto o punho erguido.

Ìrohìn – Havia repressão aos bailes?

Filó – Antes da repressão bombar, a Soul Grand Prix estava

crescendo e lançou o primeiro LP, que ganhou disco de ouro. Era uma coletânea de música soul e vendemos mais de 106 mil cópias em poucas semanas. Chegamos à frente do Roberto Carlos. A capa tinha uma black em cima duma moto – um negócio revolucionário na época. O primeiro disco foi lançado em 74/75; o segundo, em 76; e o último, em 77/78. Os bailes estavam atingindo um milhão de jovens no Rio de Janeiro – até então ninguém estava sabendo. Até que começam a se preocupar. Quando a coisa começou a pegar fogo, passamos a ser o foco da repressão. Aqueles que não tinham estrutura não podiam fazer o baile por algum motivo. E nós, o que fizemos?

Viramos empresa. Pagamos impostos, não podiam dizer não porque pagávamos impostos.

Medeiros – Em 1976, sai uma reportagem que acabou dando nome ao movimento que até então não tinha nome. Uma reportagem no Jornal do Brasil, Black Rio, de quatro páginas, mostrando aquele fenômeno que já estava rolando há anos na Zona Norte.

Filó – Passamos a escrever regularmente como JBlack a ponto do Zé Reinaldo, na época como diretor da Última Hora, me conceder um documento dizendo que eu poderia, por trabalhos prestados, ser um jornalista, que na época não existia.

Ìrohìn – Como você foi parar no DOPS?

Filó – Eu tinha uma sala na Central do Brasil, onde era o escritório da Soul Grand Prix. Bateu um cara, você via que o cara não era black, mas botou uma roupa de black. Os caras queriam introduzir a droga pra incriminar a gente. Aí não deu... A TV Globo e outras emissoras começaram a desqualificar e ridicularizar todos os negros. Elis Regina resolve conversar conosco, porque gravou "Black is beautiful" do Marcos Valle. E alguns artistas começaram a cantar a questão da negritude nesse âmbito do soul, Tim Maia, Simonal. Nesse burburinho,

os caras me chamam pra uma conversa e quando eu vi me botaram um capuz preto. Só lembro que me jogaram dentro do camburão e rodaram pela cidade. Eu fui parar dentro do DOPS. Eles tiraram o capuz, jogaram uma luz que não me permitia ver ninguém, e perguntavam: "Cadê o milhão de dólares que a CIA te deu? Quem é?". Era uma das lendas urbanas daquela época. A estratégia era a violência verbal e emocional. Já tínhamos lançado o segundo disco na Warner, onde o Janu (Januário Garcia) entra para fazer a produção das várias capas. Tínhamos também o Volnei trabalhando. Todos profissionais, ganhando legal. E tinha Gil, Candeia, Zezé Mota, Belchior. A Soul Grand Prix contratando oficialmente. Tudo na legalidade. Só que a imprensa...

Medeiros – A revista "Veja" até dizia que a nossa forma de atuar era divertida. O jornal Movimento, que era jornal da resistência, fez uma reportagem de última página dizendo que, entre outras coisas, o soul era o pior tipo de música americana. Eles não sabiam nem o que era soul. Discoteca estava começando, eles não sabiam o que era discoteca e o que era soul e confundiam tudo.

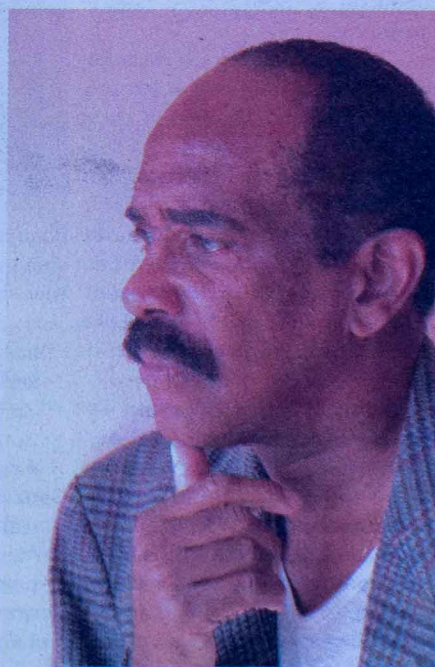
Filó – Antes disso a gente só tinha uma opção, que era o rock brasileiro: The Pops, The Brazilian Beatles, tudo imitação dos Beatles. No livro "Anos 70. Dicionário da música brasileira", de Nelson Motta e de Ana Maria Bahiana, o Black Rio faz parte da música popular brasileira. Nelson Motta sempre falou isso. Somos o divisor de água entre a música americana e a MPB. Fizemos uma experiência com uma música americana, adaptamos com elementos brasileiros e virou um sucesso nos bailes blacks. A partir dessa música foi criada a banda Black Rio

Medeiros – Filó foi produtor da primeira banda Black Rio e depois veio a Warner e colocou essa música "Locomotivas" na novela Locomotivas da rede Globo (1977).

Filó – E aquilo explodiu de tal forma que virou *business*. Deixou de ser uma questão de "divertimento de negro pobre". E, naturalmente, a elite se posicionou. Era Nei Lopes, Filhos de Gandhi, Quilombo e Soul. Aquilo ali era uma coisa fantástica. Rompemos com a visão de que nós não podíamos, nós conseguimos muito. E convivendo com a TV Globo num contexto autoritário.

Ìrohìn – Afinal de contas, qual o problema em se tomar como referência a produção cultural de negros norte-americanos e, a partir dessas referências, negros brasileiros mobilizarem outros negros, fortalecerem a identidade de outros negros? Vamos fazer uma síntese, Medeiros? Que balanço seria possível fazer?

Medeiros – Recentemente, a pesquisadora Márcia Conti lançou um livro sobre os bailes blacks, com base num estudo de 1994. Ela ouviu lideranças negras e notou que os bailes tiveram importância na identidade. É a ênfase na identidade negra que faz com que as pessoas melhorem a sua auto-estima, essa é a grande força do Soul. O Soul é uma espécie de trilha sonora da luta negra americana dos anos 1960. Lembro-me das primeiras vezes em que fui ao baile do Filó, vi gente chorar. Chegar e chorar, porque você se deparava com milhares de cabeças com cabelos afros balan-



quando. Esse choro diz muito do impacto que tudo isso teve naquela época sobre quem pôde de alguma forma participar do processo, ir aos bailes.

Ìrohìn - E você, Filó, não pretende registrar em livro toda essa experiência?

Filó - Não só a minha fala. O importante seria recuperarmos a fala de todos que viveram o período, cada um tem um olhar. Pra você ter uma idéia, o nosso DJ foi um branco. Por que ele era branco? Porque ele trazia as informações da

zona Sul. O nome dele era Luiz Stelzer, conhecido como Luizinho do Jockey Soul. Tocava na zona Sul, tinha uma visão e gostava da música Black. Ele era dançarino, abria os bailes das boates top e gostava de ouvir James Brown. Aquele nicho musical a gente trazia pra zona Norte para as nossas festas, porque a maioria era comprada nas importadoras. Sinfonie, Modern Sound, que eram os locais onde você comprava os discos importados. Era caríssimo. A outra opção era alguém trazer os discos dos Estados Unidos, alguém como aeromoça, piloto. Era

assim que era o processo. Foi um momento de desconstrução do pensamento social brasileiro, segundo o qual não há racismo no Brasil, porque o negro sabe o seu lugar. E foi nesse momento que o negro saiu do lugar dele. Desconstruiu.

Ìrohìn - Quais os filhotes do soul?

Filó - Conscientemente falando é o Movimento Hip-Hop. Você tem algumas células que são fundamentais, como a célula da Bahia, através do Blackitude, movimentos como a Casa do Hip-Hop em São

Paulo, que criou um consciência e reconhece o soul como um pai. Aqui, o Atitude Consciente deu o primeiro passo para a implantação do Hip-Hop no Rio. Paralelo a isso, temos os filhos não conscientes, mas que são também uma realidade. E uma realidade é o funk. O que faltou ao funk? A liderança que o soul tinha. A comunicação que o soul tinha e que o funk não soube absorver. Não tem essa liderança e, infelizmente, foi para um outro lado.

**Edson Cardoso entrevistou (Rio 04.06.09) e Isabel Clavelin editou.*

Lei de Cotas: uma questão de ganhar ou perder

por Isabel Clavelin

"A resistência a projetos de lei que beneficiem a população negra é mais forte do que aqueles relacionados aos direitos das mulheres", afirma a segunda vice-presidenta do Senado Federal, Serys Slhessarenko (PT-MT), em entrevista ao Ìrohìn. Essa constatação não pretende hierarquizar a prevalência do racismo sobre o sexismo, e sim fazer um alerta para as forças conservadoras que impossibilitam a conquista de direitos para os afro-brasileiros.

"É uma questão de resistência mesmo. Na hora de aprovar projetos de lei para as mulheres, como enfrentamento à violência, a gente aprova praticamente tudo. Com a questão racial é diferente. Parlamentares leitosos têm a capacidade de dizer que têm sangue negro e que não sofrem discriminação", informa a relatora do Projeto de Lei nº 73/99, conhecido como Lei de Cotas.

Antes de ascender ao legislativo federal, Serys Slhessarenko foi deputada estadual e professora titular da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso). "Não tive um colega negro. Nem consegui encher as duas mãos de alunos negros ao longo de 26 anos de sala de aula", comenta.



Senadora Serys Slhessarenko e ativistas pró-cotas

O Legislativo e as cotas

Sob pressão de todos os lados, Serys arrisca: "nunca houve um projeto com tema tão significativo no Congresso Nacional" quanto o PL Cotas. Ela percebe a amplitude do debate, segundo depoimentos das netas, inclusive entre as escolas de classe média alta mato-grossenses. "Isso vem sendo tratado como fogo nas escolas. O argumento é o ataque à meritocracia. Questiona-se o fato de pessoas ficarem de fora e se-

rem prejudicadas pela reserva de vagas. Ora, é deixar de fora quem sempre esteve dentro", rebate Serys.

Se as tensões raciais em torno do PL Cotas são visíveis entre crianças de 10 anos de idade, no parlamento as negociações e persuasões são mais incendiárias. Diferentes forças políticas, como situação e oposição, pouco divergem em relação ao PL Cotas. Apesar de minoria, Serys está convencida de que se trata de uma "questão de ganhar

ou perder", diz ela ao manifestar parecer favorável à aprovação do projeto como está, sem os adendos que vêm sendo discutidos, a exemplo da inclusão de portadores de deficiências.

Racismo: caminhos espinhosos para os PLs

Diante da insuflada polêmica que arrasta a votação do PL Cotas, em tramitação no Congresso Nacional há 10 anos, a senadora antevê um caminho mais espinhoso. "É muito difícil esse projeto ser aprovado. Não sei como resolver esse conflito racial. Ademais, há uma tendência acentuada para que não passe na Comissão de Constituição e Justiça", revela a senadora.

Nascida em Cruz Alta, região de colonização germânica do Rio Grande do Sul, Serys Slhessarenko conhece o racismo de perto. As lembranças da infância e juventude fazem com que acredite "que os tempos são outros". Mas ainda muito distante do pagamento da "dívida histórica com mais de 5 milhões de africanos e seus descendentes que alavancaram o desenvolvimento do país". Um povo, conforme suas palavras, "ainda destituído de cidadania".



Lazzo Matumbi: uma pedra sagrada no coração da Bahia

Jamile Menezes*

Pedra Sagrada. É o que, em iorubá significa o Matumbi em seu nome. O Ìrohìn conversou com o cantor e compositor, Lazzo Matumbi, nome artístico de Lázaro Jerônimo Ferreira, que no auge de seus 52 anos, pai de quatro filhos e com seis discos já gravados, fala das dificuldades pelas quais passou e ainda passa, mas também de sonhos que ainda quer ver realizados. Desde 1981 na lida, Lazzo hoje é um dos maiores representantes da música baiana por sua voz forte e marcante, por suas raízes e estilo único. Na espera de tempos bons, está seu sétimo trabalho, que pretende lançar junto a um DVD ainda este ano. Otimista, incisivo, verdadeiro e confiante. Levando na camisa a família Obama, esse foi Lazzo durante toda a entrevista.

Ìrohìn - Olhando para trás, há 28 anos, quem era e o que pensava Lázaro Jerônimo Ferreira?

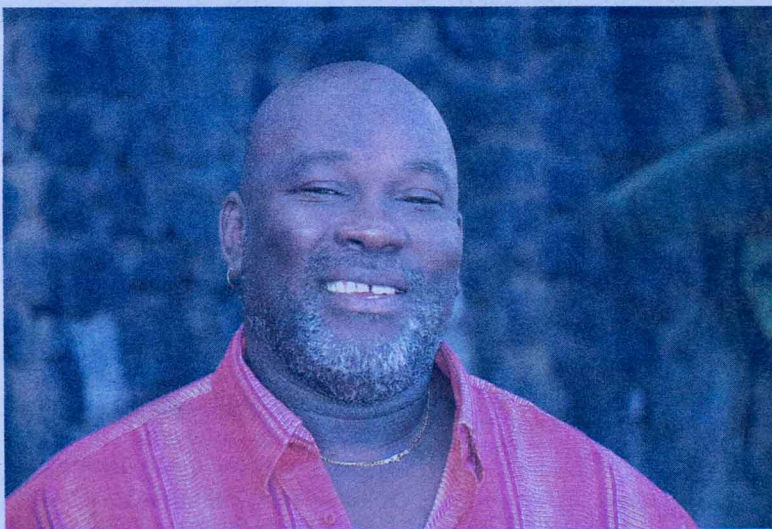
Lazzo- Sempre fui criado entre o bairro da Garibaldi (Salvador), com minha avó, e em um lugarejo chamado Cotegipe (913 km), onde meu pai morava, perto do município de Simões Filhos. Uma coisa que sempre me incomodava, e que eu desde o início sentia, era a discriminação racial. Desde a profissão de meu pai (técnico em mecânica industrial), para a qual não via reconhecimento por parte daqueles que estavam ao seu redor, apesar de ele ter conquistado um certo lugar, até os meus colegas de convivência. Na época, por ainda não ter muito domínio do controle emocional, eu achava que as coisas se resolviam na tora mesmo, então eu sempre tive uma postura muito rebelde. Comecei a ter mais clareza quanto a isso quando comecei a estudar por aqui pela cidade.

Ìrohìn - O que você começou a entender?

Lazzo - Comecei a questionar mais e entender como funciona todo esse sistema. Entendi que o poder não estava em nossas mãos, que não tínhamos muito diálogo entre nós, não tínhamos pessoas estratégicas

em lugares que precisávamos ter para algo mudar. Essa consciência foi pintando junto a minha dedicação à música. Comecei a participar de grupos folclóricos e percebi que

momento ainda não tinha capacidade de apontar caminhos pra reverter isso e não tinha amigos com os quais pudesse compartilhar esses questionamentos sem ser motivo de



era uma coisa vista com muita desvalorização. Lembrava que na Bahia os grandes negões que conseguiam uma certa ascensão estavam ligados a grupos folclóricos (Olodumaré, Viva Bahia), iam para Europa, EUA, se davam bem. Mas eu via que apesar dessas conquistas, eles não eram valorizados enquanto profissionais, não tinham investimentos em seus talentos, mas exploração. Nesse

riso entre eles. Já via divisões entre nós desde esse período. Daí resolvi sair dessa área e começar a ir para as rodas de samba.

Ìrohìn - Que veio a ter grande influência em seu trabalho. Quais eram naquele momento suas principais referências?

Lazzo- Eu já compunha sambas desde os 13 anos, tinha já tentado formar uns grupos, onde tam-

bém senti a discriminação. Era uma relação de inferiorizar mesmo, o que ainda vemos hoje, haja vista quem o Brasil considera a rainha do samba, não é? Que não é a nossa Jovelina. Mas àquela época eu curti muito a música negra que tava rolando, como Marvin Gaye, James Brown, Ray Charles e ao mesmo tempo meus grandes ídolos aqui, como o Xangô da Mangueira, Ederaldo Gentil, Gil... estes que não eram só artistas, mas além de cantar se expressavam sobre o que estava acontecendo no mundo.

Ìrohìn - Lazzo e Ilê Aiyê, como foi esse encontro, em 1978?

Lazzo - Já naqueles grupos de dança folclórica de que eu participava, já ouvia algumas coisas sobre essa questão negra ligada à cultura. Conheci pessoas como Macalé, Nolasco, que estavam envolvidos com o Ilê, e eles me falavam de evolução e consciência na comunidade. Aí eu senti a necessidade de estar em um lugar onde pudesse expressar minha música de forma mais próxima da minha gente. Só existia o Ilê Aiyê. Então fui pra lá, onde fiquei até 1980, quando decidi investir numa carreira solo.

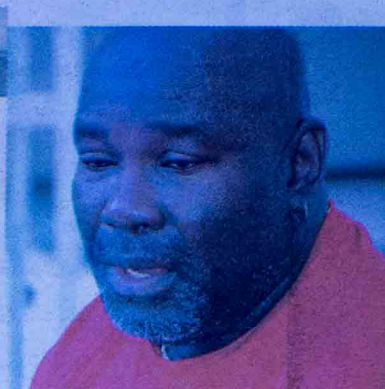
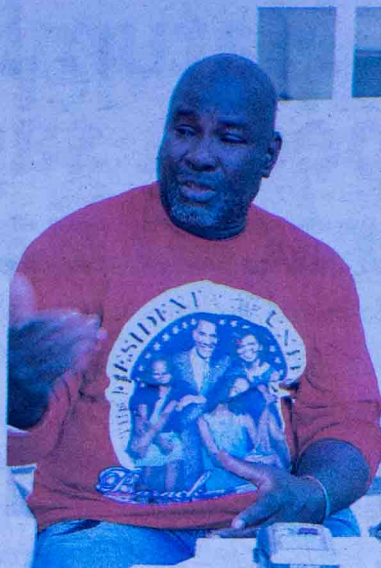
Ìrohìn - Já nos anos 90, você encontra o jamaicano Jimmy Cliff,

com quem você conheceu o mundo. Você viu diferença na relação com o público internacional, na aceitação de seu trabalho?

Lazzo - Eu abria os shows do Jimmy Cliff, o que me trouxe muito reconhecimento lá fora. Era muito bem recebido. Aqui em Salvador não havia muito espaço pra me posicionar, conquistar um lugar com minha música. Muitas vezes eu me questionava se não estava fazendo a música errada, algo que não agradava. Mas o que eu recebia lá de fora só me fazia concluir que, na realidade, era meu país que ainda estava muito aquém da visão de qualidade e valorização musical. A relação com a nossa cultura aqui ainda estava muito distante, essa cultura negra forte. Nossa cultura é muito boa pra dizerem com orgulho lá fora "sou brasileiro", mas a valorização aqui dentro era e ainda é outra coisa.

Ìrohìn - Em 2001, você cria o bloco **Coração Rastafári**, conquistando o espaço do reggae no Carnaval baiano. Como foi lançar essa idéia e como você vê essa grande festa?

Lazzo - Essa idéia nasceu a partir de duas constatações: a primeira e principal era a de que o Carnaval de Salvador, àquela época já não estava dando mais espaço para o artista independente, eles estavam sumindo. Eram valorizados apenas os grandes blocos. A segunda é que o Carnaval da Bahia, para mim, é um verdadeiro ringue onde podemos ver, claramente, quem são os adversários. Quando montei o Coração foi para seguir na contramão de tudo isso: não cobrar e trocar a fantasia por alimentos para doação e, segundo, eu não queria cordas. O segurador de corda tá na mesma história que nós, tá do mesmo lado. Ele aparta os irmãos, usa a corda como um forte onde ele agride e retorna para sua "segurança". Outra coisa, o Carnaval do Centro da cidade, que está desvalorizado, em detrimento da Barra/Ondina, na minha visão, seria nosso grande trunfo. Não soubeemos visualizar um espaço onde, a partir do momento em que surgiu o Carnaval da Barra como uma



Fotos: Wilson Milião

forma de distinção, nós teríamos o poder. Vejo uma tendência agora de os que para lá foram retornarem e tomar o lugar de novo. Eu penso em

um dia sairmos nós todos juntos (blocos afros, afoxés, percussão, de índios), com um Carnaval só nosso. Como o Farol Folia, por exemplo, um dia concedido pela prefeitura aos grandes blocos para um Carnaval de um dia só em um bairro na orla de Salvador. Penso que perdemos muito tempo. Tínhamos pontos estratégicos: Ilê Aiyê (Curuzu), Olodum (Centro), Male DeBalê (Itapuã), Muzenza (Ribeira), Araketu (Periperi). Se tivéssemos uma única linha de pensamento naquele momento, acredito que qualquer governante nessa cidade teria que sentar pra conversar com a gente. Isso parece a cada dia mais difícil de acontecer.

Ìrohìn - Você já disse que não se sente parte do padrão de mercado. Ao mesmo tempo você é considerado, entre muitos, como um dos grandes representantes da música baiana. O que há nessa contradição?

Lazzo - Eu lhe digo que sou brevíssimo na música porque sou muito guerreiro e não sou preso a nada. Esse mercado gosta de impor; eu mato dez leões pra sobreviver, tenho que ter jogo de cintu-

ra, acreditar em mim e ter tato, coragem. Se não acreditar no que eu sou, naquilo que faço, estou acabado. Faço de minha música a melhor do mundo. Quando você se submete, perde o que você é. Esse meio em que a gente vive é muito perverso, o Brasil é um país perverso quando olha pro seu próprio umbigo. Há muitas máscaras que nos podam o tempo inteiro, principalmente quando você mostra que pensa, sabe que faz bem seu trabalho. Temos que investir nos nossos. Quantos dos grandes compositores e cantores que tínhamos antes conseguiram permanecer? É fundar nossa base pra que ninguém possa derrubar, entende? Agir coletivamente, formar os nossos e não apenas massagear o ego daqueles que estão no topo naquele momento e, depois que vê que eles não estão mais com tudo, sairmos de baixo e esquecer também. É o que ocorre conosco em todos os âmbitos. Se você trabalha livremente, coloca todo seu sentimento verdadeiro em seu trabalho e as pessoas ao seu redor, os seus, dão a você todo o apoio e acreditam, é fácil atravessar fronteiras.

Ìrohìn - O que falta na carreira de Lazzo Matumbi?

Lazzo - Uma coisa que minha mãe sempre diz é que a Bahia é uma boa madrastra e uma péssima mãe. Boa mãe pra parir, mas pra abraçar seu filho e cuidar dele, ela não é. Acredito que, se estivéssemos trabalhando nessa linha a que me referi, fortalecidos entre nós, eu, artisticamente, como muitos, estaria em outro patamar. A própria comunidade teria condições de fortalecer os seus. Eu teria grandes empresários negros investidores, que entendessem a minha postura dentro da música e valorizassem meu trabalho como um poder nosso. Não dá pra exigir o mínimo porque não temos, entre nós, quem possa dar. Os espaços não são nossos, as mídias não são nossas. E quando são, não podemos achar que o artista tem que ir de graça, por exemplo, que não precisamos fazer esforços pra garantir o que ele merece enquanto artista, confiando apenas que ele "entenda a situação". Temos que começar a nos respeitar e a valorizar o que é nosso. Tem tanta gente com poder de fogo aqui que se parasse pra pensar nisso....

Ìrohìn - Pra mim, pensar em Lazzo Matumbi é lembrar do verso "sou parte de você, mesmo que você me negue...". Pra você, há algum verso ou alguma música sua que sintetize sua trajetória, sua vida?

Lazzo - Você já disse tudo... Eu sou você, mesmo que você diga que não vê, não sabia. É isso aí. Do mesmo jeito que as pessoas batem no meu ombro e dizem que eu tenho a melhor voz do mundo, essas são as que não me dão oportunidades. Se fosse me encanar com isso, estava num canto tentando entender o porquê de tudo isso. Eu incomodo quando digo que tá tudo muito bom, mas tá tudo uma merda. O que tiver que dizer eu vou dizer, mesmo que isso não me leve a muitos lugares. As pessoas gostam do *nego sim senhor* e isso não vão achar em mim. Esse é o grande ponto.

*Jornalista (BA)



Para entender o Dia da África

Em Salvador, o Dia da África vem crescendo em popularidade, envolvendo professores da educação básica, que vislumbram a possibilidade de transformar um evento em atividade didática.

Cláudia Alexandra Silva Santos*

Em 25 de maio de 1963, líderes de 32 nações africanas reunidos em Addis-Abeba, capital da Etiópia, discutiram problemas comuns, avaliaram formas de ação política conjunta e no encerramento da conferência votaram pela criação da Organização da Unidade Africana (OUA).

Para entender o contexto em que esse fato histórico aconteceu, vale a pena visitar a agência de notícias British Broadcasting Corporation (BBC News¹). O site traz uma mostra das notícias mais significativas veiculadas através da rádio inglesa a partir de 1950. Em 25 de maio de 1963, a manchete não deixa dúvida sobre a importância do momento: "Países africanos se unem contra a dominação branca"².

O corpo da notícia informa que o principal objetivo do encontro foi discutir a descolonização, especialmente na Rodésia, África do Sul, Moçambique e Angola. Parte do plano dos líderes africanos, segundo a matéria da BBC, era o desenvolvimento de ações de apoio aos "soldados da liberdade" para combater as forças coloniais. Entre os temas do encontro estavam também a necessidade de impor sanções políticas ao governo da África do Sul, como a quebra de relações diplomáticas, e a discriminação racial nos Estados Unidos.

Haille Selassie, estadista anfitrião do encontro que contava com 71 anos de idade na época, disse à assembleia que passou um ano preparando seu país para receber esse encontro e calculava que os líderes ali presentes representavam cerca de 200 milhões de pessoas. Ainda segundo a reportagem da BBC,

Selassie vaticinou: "Espero que essa união dure mil anos".

A partir de 1999, os líderes dos países africanos iniciaram um conjunto de discussões, em assembleias oficiais, com a finalidade de reformular os modos de organização e ação política da instituição. Desse encontro saiu a resolução de dissolver a Organização da Unidade Africana (OUA) para dar lugar a União Africana (UA), o plano dessa ação foi implementado em três anos. Em 2001, mantendo aceso o chamado para a união dos povos e nações do Continente Africano, aconteceu a primeira assembleia da União Africana (UA), mantendo-se Addis Abeba na Etiópia como sede permanente. Atualmente a União Africana (UA) tem representação de todos os 53 países do continente Africano.

A ideia de ter um dia para avaliar e celebrar a trajetória do continente africano já era fato. Para simbolizar a determinação do povo africano em se tornar independente da dominação e exploração estrangeira, Kwame N'Krumah, recém-eleito presidente de Gana (primeiro país a se tornar independente), decretou 15 de abril como "Dia da Libertação Africana".

A data passou a fazer parte do calendário desse país a partir de 1958. Com a conferência de 1963, a simbologia foi estendida aos demais países e a data modificada – 25 de maio passou ser oficialmente o "Dia da África". Somente em 1971, a Organização das Nações Unidas (ONU) incorporou a data instituída pela Organização da Unidade Africana (OUA) no seu calendário oficial.

Ao longo desses 46 anos, o dia 25 de maio vem sendo celebrado como o Dia da África, lembrando o primeiro encontro de líderes africanos realizado em 1963 e as manifestações políticas em torno desse fato histórico. Na contemporaneidade esta é uma data festiva em todo continente africano, mas não só isso: é um dia para refletir sobre o passado e sobre o futuro, para analisar os acontecimentos sociopolíticos e econômicos da África e da diáspora, para celebrar a solidariedade e paz. O Dia da África simboliza a luta pela independência e emancipação dos povos africanos. É parte da memória coletiva de africanos e seus descendentes na diáspora acerca da importância da ação política conjunta e do crescimento da solidariedade.

Aqui no Brasil a data e a simbologia que ela traz estão no imaginário de muitos, pulsando viva. Por isso mesmo, apenas um dia da África não tem sido suficiente para nós. Assim como ampliamos nossa ação em todos os campos, ampliamos a duração do dia para uma semana da África. Acompanho as notícias dos portais de informação de imprensa negra e verifico que inúmeras instituições realizam eventos dessa ordem há dez anos ou mais.

Em Salvador, cidade onde vivo, o Dia da África vem crescendo em popularidade e ação política, consequência da mobilização das instituições de movimento negro que, ao menos ao longo dos últimos 30 anos, sempre encontraram uma forma de divulgar essa informação através de impressos, promovendo diálogos e trazem esse fato para a revisão historiográfica.

É preciso, entretanto, acrescentar um dado novo, a crescente mobilização e protagonismo dos estudantes africanos também interessados em transformar os estereótipos que atingem a nós negros de forma impactante e negativa. Isso tem acontecido no âmbito da Universidade Federal da Bahia, nos últimos três anos³. Em resposta ao preconceito e discriminação racial, os estudantes africanos têm convocado estudantes brasileiros para realizar desde 2007 a "Semana da África"⁴.

Atendi, junto a outros estudantes baianos, a convocação dos africanos para participar da organização desde o primeiro ano e percebo que nosso maior ganho não está no limitado apoio institucional que recebemos, não está nas breves comunicações ou curtos debates acadêmicos em que exibimos nossa intensa dedicação a pesquisas relacionadas à África e à herança africana no Brasil.

Embora a III Semana da África, realizada entre 25 e 27 de maio desse ano, tenha reunido cerca de 300 pessoas diariamente, fomos escutados por poucos quando debatíamos e indicávamos caminhos para a transformação das relações institucionais e acadêmicas entre Brasil e África dentro dessa nossa perspectiva de estudantes e jovens pesquisadores sabedores que não somos os primeiros a tratar desse tema.

Não recebemos remuneração, prêmios, citações, menções honrosas, aperto de mão ou tapinha nas costas. Ninguém nos destina fundos, projetos, bolsas. Além dos certificados, nosso esforço não gera reconhecimento nem aqueles elementos que

fazem o currículo lattes de jovens pesquisadores ficar encantador.

Para mim, de bom resta a compreensão de que a universidade não é acolhedora conosco, que as políticas públicas para africanos ou para nós afro-brasileiros são excludentes. Isso é que sustenta a tranquilidade de não esperar por reconhecimento e me manter serena para conquistar os espaços coletivamente. Acredito que para os estudantes africanos, e para os estudantes brasileiros negros e brancos que se envolveram no projeto, basta saber da nossa decência, integridade de pensamento e ação acadêmica reparadora por nossa conta, para além das nossas filiações políticas.

Da participação nessa III Semana da África, levo dois prazeres especiais. Primeiro, a certeza de que nós mulheres negras crescemos em número e participação em momentos como esse. Começamos a colher frutos do nosso esforço em não abandonar a escola apesar de todos os desafios. Em segundo plano, ficam as inúmeras conversas que tive com professoras negras de educação básica

participantes do encontro. Elas estavam lá também por iniciativa própria e compreensão de alguns gestores de unidades escolares conscientes de que educadores precisam estar informados se querem educar para as relações raciais, e de que um evento de estudantes pode ser um espaço para a formação de professores.

Lembro do rosto de uma das professoras com quem conversei, falando alegre e com olhos brilhantes, que iria fazer uma semana da África na escola em que trabalha, em 2010. Sonhava em trazer os estudantes para interagir conosco, acalentava o desejo de ver seus alunos transpondo a barreira do vestibular. Ela via que preparava estudantes para chegar à UFBA.

Distante das muralhas acadêmicas e institucionais que escalamos para produzir esse evento há três anos, a professora animada contava que estava inspirada, cheia de idéias para renovar seu trabalho na escola. Ela dizia que percebia a importância em ressignificar o dia 13 maio como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, mas estava

também consciente da rejeição dos estudantes a essa data. Louvável, concordamos nós duas sobre ressignificar o 13 de maio. Mas contra-argumentei acerca das implicações: para que um dia de denúncia se ninguém nos escuta, não há tribunais, ninguém registra as possíveis denúncias que a comunidade escolar tem a fazer? Para que um dia de denúncia se não há previsão de mecanismos de reparação? Ouvi da professora que não dá para ir contra a corrente governamental que sempre acha um jeito de lançar alguma novidade nessa data, ela declarou que preferia boiar nesse corrente a esmo. Mergulhar mesmo, só nas atividades de 20 de Novembro e na celebração de Zumbi e Palmares.

Encerramos a conversa pensando no calendário escolar oficial e com uma forte intuição de que o dia 13 de maio vai ficar ilhado até afundar se fizermos mais Semanas da África. Vislumbramos, juntas, a possibilidade de transformar um evento em atividade didática.

Aprendi com a professora que se eu e meus colegas quisermos outra vez atender ao chamado dos estudantes africanos para realizar a IV Semana da África temos que aprender a boiar nas correntes institucionais. Não pude deixar de imaginar que muita coisa mudaria se as professoras da educação básica pudessem dar umas aulas sobre África e sobre como transformar eventos em atividades didáticas para gestores da universidade – é mesmo de uma questão de educação básica esta com que nos depa-ramos.

***Professora, mestra em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA).**
klaudiasantos8@yahoo.com.br

¹ http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/may/25/newsid_2502000/2502771.stm

² 1963: African states unite against white rule

³ Ler texto de Artemisa Candé

⁴ Para saber mais acesse <http://www.semanadaafrica.blogspot.com/>

SEMANA DA ÁFRICA/PLANO DE AULA

Área de Conhecimento
Linguagens e Códigos

Conteúdo
Estudo de Texto

Objetivos
Compreender e valorizar elementos das culturas africanas e afrodescendentes

Introdução
A aula fará com que os estudantes possam avaliar a forma como os povos africanos e sua civilização são representados. Palavras, expressões, formas de argumentação, construção de narrativas e as imagens que acompanham esses textos serão estudados a fim de identificar os aspectos ideológicos, históricos e culturais a que estão associados.

Atividades
1. Proponha à classe a realização de uma semana de estudos so-

bre a África e seus 53 países através de textos.

2. Fale sobre o "Dia da África", como a data se instituiu e como é celebrada no Continente Africano e na Diáspora. Lembre-se que é importante visualizar os países no mapa.

3. Assista com a turma ao vídeo da TV UFBA sobre a "I Semana da África".

4. Apresente os conceitos: representação, estereótipo, preconceito e discriminação racial.

5. Peça aos estudantes que escolham países para estudar (em grupo ou individualmente). Os estudantes deverão escolher textos e imagens em que a representação do país não apareça de forma estereotipada, estigmatizante e preconceituosa, apresentar para o grupo e compor um painel coletivo.

6. Ajuda externa é bem vinda: os estudantes poderão entrevistar africanos, militantes de movimentos negros ou pesquisadores dedicados ao tema para enriquecer sua pesquisa.



7. Encerre a sua "Semana da África" com uma roda de conversa sobre quais as mudanças no modo de ver o continente antes e depois da atividade.

Dicas:

· Esse mural pode ser ampliado ou atualizado na medida do interesse da turma.

· Para transformar a sequência didática acima em atividade interdisciplinar é só convocar os colegas para discutir como aproveitar os aspectos relacionados a outras matérias que certamente vão surgir.

· Para entender melhor os conceitos de representação, estereótipo, preconceito e discriminação

racial consulte os seguintes textos, disponíveis para acesso online <http://portal.mec.gov.br/secad> :

§ GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, p.39-62.

§ SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005, p.21-37.



Breve relato da situação dos **estudantes guineenses no Brasil**

Artemisa Odila Candé Monteiro*

A difícil situação política, econômica e social, bem como a carência na estrutura educacional de Guiné-Bissau leva cotidianamente inúmeros estudantes guineenses a almejam melhor qualificação profissional. Neste sonho, uma das possibilidades apresentadas até então é estudar no Brasil. Pertencente ao grupo dos países em desenvolvimento e com nível educacional em crescente evolução comparável a certos países industrializados, foi firmado no Brasil um acordo em nível educacional com vários países africanos no tocante à formação dos quadros superiores. O principal objetivo deste convênio é qualificar estudantes que ao retornar ao país de origem poderão contribuir no desenvolvimento do mesmo.

O acordo denominado PEC-G (Programa de Estudantes de Convênio de Graduação) entre Brasil e África visa reservar vagas aos jovens dos respectivos países africanos, isentando-os do vestibular, de taxas e mensalidades. No entanto, este convênio, que em um primeiro momento parece ser a concretização de um sonho, se exime da responsabilidade com a manutenção dos estudantes, isto é, alimentação, moradia, saúde, etc. Neste sentido, a vaga referida se limita ao acesso gratuito à Universidade, sem qualquer custo adicional.

Nestas condições, cada família deve se responsabilizar com os custos referentes à estadia dos alunos africanos em terras brasileiras. A concessão da vaga requer assinatura de um termo de compromisso pelos pais ou encarregados de educação responsabilizando-se pelos custos de vida no valor de 400 dólares mensais. Além disso, os estudantes africanos são proibidos de exercer atividade remu-



nerada no Brasil; devem viver, portanto, dos meios financeiros enviados pela família. Isso, porém, é em geral puramente fictício. Os custos de vida e o nível de renda na Guiné-Bissau são bem mais baixos do que no Brasil, o que torna inviável a exorbitante quantia de 400 dólares mensais.

Chegando ao Brasil, o estudante africano se depara com inúmeras dificuldades e o alto custo de vida acaba influenciando muitas vezes no rendimento escolar do aluno guineense. O dinheiro recebido pelos familiares é na sua maioria insuficiente para cobrir as despesas. Muitos familiares, pais e encarregados de educação não recebem salários há meses e são impossibilitados de atender as necessidades desses alunos. Desta forma alguns alunos se submetem a situações humilhantes para garantir sua sobrevivência no Brasil. Alguns chegam a passar mais de 5 meses sem receber a remessa de Bissau, isso complica a situação acadêmica, já que não se pode mais sequer custear o transporte para ir a Fa-

culdade, ou, pior ainda, não se tem nem mesmo o que comer, sem falar do dinheiro do aluguel.

Deste modo, a situação dos estudantes guineenses no Brasil é marcada tanto pela insegurança como pela esperança. Convém ressaltar que Guiné-Bissau é um país pobre em que tudo falta e uma das formas que os guineenses encontraram para escapar da falta de perspectiva de estudo é imigrar para o Brasil, cujas universidades possuem centros de estudos, bibliotecas, entre outros aspectos que contribuem para a qualificação do jovem profissional.

Destarte, o acesso e permanência no curso superior nas universidades públicas do Brasil é algo complexo, devido à configuração da nação brasileira no que diz respeito às desigualdades sociais. Os altos custos dessa permanência levam os estudantes guineenses e muitos estudantes brasileiros a abdicar do curso. Se analisarmos as estatísticas de desistência nas diversas universidades públicas brasileiras, nos da-

remos conta do seu alarmante número. O que falta é investigar, de maneira profunda, os motivos desse constante abandono.

Ciente dessas dificuldades, o atual governo brasileiro criou programas que facilitam não só o acesso como também a permanência dos estudantes carentes no ensino superior público. Com isso, foram inseridos os estudantes de convênio guineenses, no PROMISAES- Projeto Milton Santos para o Acesso ao Ensino Superior, objetivando estimular os estudantes com melhor rendimento escolar a concluírem seus cursos.

O PROMISAES contemplou os estudantes de Guiné-Bissau devido à sucessiva instabilidade política que vem abalando o país há cerca de 11 anos. Entretanto, nem todos os estudantes são bolsistas deste programa, já que o mesmo consiste em beneficiar o aluno consoante seu rendimento escolar. Porém, para aquele que é obrigado a economizar até mesmo nas refeições, fica difícil ter um bom rendimento.

Por mais que o Brasil esteja aberto a receber estudantes guineenses o programa deveria ser completo e não buscar soluções paliativas que beneficiam um número restrito dos chamados "bons alunos", caso contrário seremos obrigados a lançar mão da fatídica questão: Até quando os estudantes guineenses vão continuar nessa situação humilhante?

**Estudante de convênio de Guiné-Bissau no Brasil, bacharel em Ciências Sociais, mestre em Estudos Étnicos e Africanos, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia*



Pensamento Negro Contemporâneo na UnB

Trabalhando com a temática étnico-racial, a disciplina possui carga horária de 60 horas e tem atraído alunos negros e brancos de diferentes cursos para a reflexão e a pesquisa de tema de fundamental importância para a consolidação da democracia entre nós

Deborah Silva Santos*

Desde a alteração da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB- 9394/96, pela lei 10639¹, em 2003, que os cursos de licenciatura devem incluir nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na formação inicial e continuada de estudantes e professores. Mas ações no sentido de capacitar professores para cumprir a lei não se incluem, ainda, entre as preocupações da grande maioria das instituições de educação superior. As ações que se encontram em processo ocorrem porque alguns professores/as do magistério superior, comprometidos com a promoção da igualdade racial, tomaram para si essa tarefa.

Assim, cursos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como de educação das relações étnico-raciais, têm sido realizados de norte a sul do país. Experiências que exigem novas posturas no processo de ensino-aprendizagem ao tratar conteúdos pouco valorizados e pretender eliminar preconceitos e corrigir idéias impostas pelo racismo.

A Universidade de Brasília-UnB, além de promover cursos dessa natureza, apresenta uma experiência inovadora com a oferta da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo para todos os estudantes de graduação e servidores da instituição

A criação da disciplina, no ano de 2006, foi uma reivindicação dos/as estudantes do EnegreSer – Coletivo Negro do DF e Entorno e de professores do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB da instituição, que viam como necessário

o estímulo a ações de acolhimento e de fortalecimento da identidade para garantir a permanência dos/as estudantes negros/as ingressos pelo sistema de cotas na universidade. A proposta foi aceita pelo Decanato de Extensão que viabilizou a implantação como disciplina de módulo livre para a graduação.

Assim, a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, que está sob a coordenação do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial do Decanato de Extensão e possui carga horária de 60 horas, objetiva

racismo, da discriminação racial e na valorização da história e cultura afro-brasileira ao suscitar reflexões através de uma literatura produzida por indivíduos negros debruçados sobre o modo de ser, viver, conviver e pensar no interior do seu grupo étnico-racial e nas relações de convívio com o grupo de não negros.

A proposta do curso pressupõe, portanto, a troca democrática e a incorporação de saberes sistematizados, em especial aqueles produzidos pelos sujeitos político-sociais

é de interesse apenas dos alunos de ascendência negra, interessa também aos estudantes de ascendência branca que compõem 30% dos alunos matriculados.

É importante ressaltar que estudantes dos cursos de Ciências Contábeis, Biblioteconomia, Arquivologia, Serviço Social, Música, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Mecatrônica, Engenharia Civil, Ciências Políticas, Letras, Linguística, Comunicação Social, Pedagogia, Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, Administração, História, Turismo, Relações Internacionais e Enfermagem têm integrado as turmas. Uma diversidade de áreas do conhecimento que surpreende pelas diferentes motivações de procura da disciplina que vão desde o desconhecimento total do tema à necessidade de completar os créditos acadêmicos; de opositores do sistema de cotas raciais à curiosidade em conhecer a história do negro; ou mesmo relacionar o seu curso com a valorização da cultura afro-brasileira entre outras.

Ao mesmo tempo, lecionar uma disciplina como o Pensamento Negro Contemporâneo é um desafio, pois se propõe a modificar processos formativos e informativos que constroem o imaginário e as representações coletivas negativas sobre os negros no Brasil. Questão que Petronilha Silva² bem exemplifica ao dizer que o imaginário e as representações estão situados no inconsciente coletivo e possuem uma “dimensão afetiva e emocional” onde as crenças, os estereótipos e os valores que codifi-

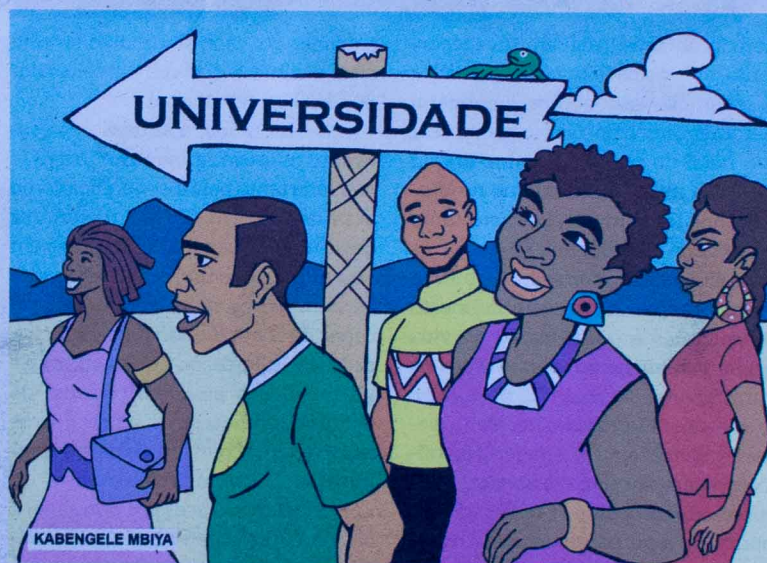


Ilustração: Kabengele Mbiya

identificar os diversos sujeitos históricos negros/as e divulgar a produção bibliográfica de intelectuais acadêmicos e militantes de ascendência negra sobre a temática das relações étnico-raciais brasileiras.

Desta forma, busca sensibilizar e capacitar os estudantes no reconhecimento das manifestações do

diretamente envolvidos com o combate e a superação do racismo no Brasil, dos organismos e entidades de Direitos Humanos e outros intelectuais vinculados.

A experiência docente nesta disciplina permitir verificar que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não

cam as atitudes apresentam preconceitos escondidos no psiquismo.

Representações essas que afloram nos debates em sala de aula e ocasionam sentimentos diferenciados e acirrados que têm de ser trabalhados a partir do diálogo, da troca de experiência e de idéias, dando a compreender o quanto a naturalidade do olhar e os processos formativos da sociedade brasileira desiguala e diferenciou indivíduos, idéias e cultura, mas que pode ser superado a partir da construção de cidadãos plenos e conscienciosos de uma justiça racial e social.

Nesses três anos, a disciplina beneficiou mais de 800 estudantes de graduação e 120 extensionistas: professores da rede pública do DF,

pesquisadores, servidores públicos e estudantes universitários externos. O aumento da procura por estudantes do curso e o aumento de monografias de final de curso sobre a temática motivaram a Faculdade de Serviço Social a propor transformar a disciplina em matéria optativa do curso. Verificou-se também a elaboração, por conta da disciplina, de monografias na área da Educação e da Ciência Política.

Nada disso seria possível se não tivéssemos professores competentes ministrando a disciplina, que tivessem nos seus currículos, além da titulação acadêmica, o mais importante quesito que é o reconhecimento na militância antirracista. Assim, os professores/as do Pensa-

mento Negro Contemporâneo da Universidade de Brasília são o Prof. Ivair Augusto Alves dos Santos, a Profa. Edileuza Penha Souza, Prof. Edson Lopes Cardoso e o Prof. Sales Augusto Alves dos Santos e eu, Deborah Silva Santos. Como ex-professores colaboradores tivemos a Prof. Martha Rosa e o Prof. Nelson Inocêncio.

Mas ainda há muito trabalho a ser feito para a consolidação e avaliação dos resultados dessa experiência. O Núcleo de Promoção da Igualdade Racial vem buscando fortalecê-la ao incluí-la nas ações do Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia da UnB, em andamento desde 2008, que vem introduzindo um processo educativo, cultural e científico

para a promoção da igualdade racial e valorização da diversidade étnico-racial e cultural, mas isso é assunto para outro artigo.

** Mestre em História Social pela PUC/SP. Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e Professora da Disciplina Pensamento Negro Contemporâneo desde 2007.*

¹ Lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares.

² SILVA, Petronilha. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In Superando o Racismo na Escola. Brasília, MEC/SECAD, 2006

Espaço Milton Santos é inaugurado na Escola de Comunicação da USP

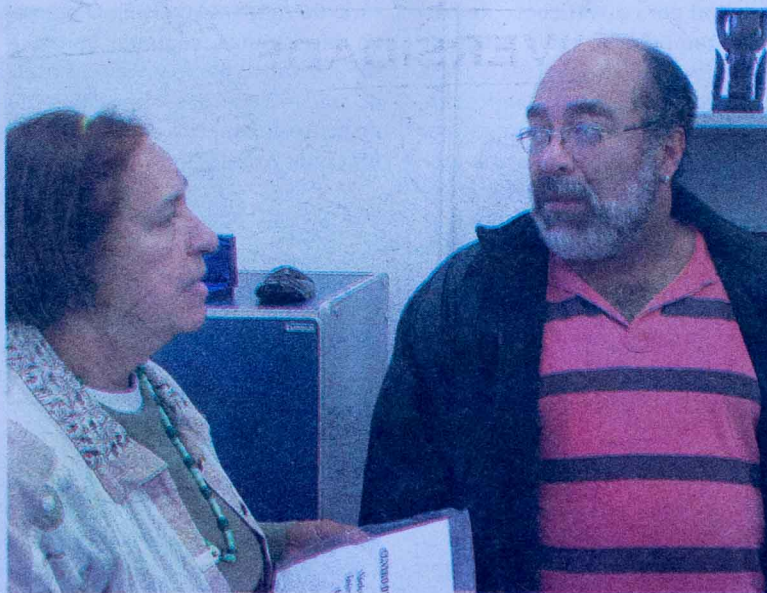
Estudantes e professores contam agora com novo espaço acadêmico na Escola de Comunicação e Artes (ECA); objetivo do espaço é ser ponto de referências para pesquisadores voltados à temática do negro e das relações raciais no Brasil

Ana Claudia Mielki*

No último mês de maio, foi inaugurado o Espaço Milton Santos, sede dos trabalhos do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb). O nome do espaço foi escolhido em homenagem ao geógrafo Milton Santos, que durante muitos anos lecionou e atuou na USP, tendo sua trajetória intelectual e acadêmica reconhecida no Brasil e no exterior. O espaço, que fica na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) tem como um de seus objetivos ser um local de encontro de alunos e professores que se dedicam ao estudo dos negros no Brasil.

De acordo com a professora Dilma de Melo Souza, uma das pesquisadoras do Núcleo, o espaço físico tende a fortalecer ainda mais o trabalho do núcleo na medida em que possibilita o encontro de estudantes e professores. Pois "cria uma

Foto: Ana Claudia Mielki



Dilma de Melo Souza e Dennis de Oliveira, pesquisadores do Neinb/USP

dinâmica agregadora, inclusive, com os alunos africanos – temos muitos alunos intercambistas que ficam no CRUSP [moradia universitária] – e que muitas vezes estão

sozinhos, não conhecem ninguém, não têm com quem se comunicar", destaca.

Apesar de o espaço ter sido inaugurado recentemente, o Neinb

é um antigo conhecido da comunidade acadêmica – pelos menos daquela parte da comunidade interessada nos temas relativos aos negros e às relações raciais no Brasil. O Núcleo foi formalizado em 1996, mas desde 1988 – por ocasião das comemorações dos 100 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, que professores e alunos já se organizavam em torno dessa temática. Segundo Dilma, o fato de essa temática ser vista com pouca relevância por parte da universidade, reflete o que foi a espera, por quase 14 anos de existência do Núcleo, para se conquistar um espaço para sua organização.

Além de ser um ponto de encontro para estudantes que pesquisam a temática do negro, o Neinb também acaba sendo uma referência para os poucos professores negros existentes na USP. A esse respeito, o professor Dennis de Oliveira, do departamento de jornalismo da ECA e que também atua



Foto: Ana Claudia Micli

no Núcleo é enfático: "a USP é uma universidade extremamente preconceituosa e racista. É uma universidade que resiste muito a qualquer implementação de políticas de ações afirmativas", diz.

Para Oliveira, mesmo o projeto de inclusão na universidade, o INCLUSP, é bastante limitado porque não faz o debate racial, limitando-se a oferecer um bônus de 3% sobre a nota do vestibular aos estudantes egressos de escolas públicas. "O resultado que se tem com essa política limitada de inclusão é que nós chegamos em 2009 ao limite de 29,7% de estudantes de escolas públicas, e nem estou falando dos negros. Esse é o limite proposto pela direção da universidade", diz.

Aliás, a questão do acesso do negro à universidade é uma das dificuldades encontradas pelo Núcleo. "Existe a sazonalidade dos alunos negros que entram e saem e, além disso, poucos negros estão entrando na universidade, principalmente na pós-graduação onde está a maior parte da produção do Neinb", afirma Oliveira.

Vale destacar que uma das pesquisas atualmente desenvolvidas dentro do Neinb é sobre "Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira". A pesquisa, realizada pela estudante Luiza Barros Rozas, formada em direito pela Faculdade São Francisco (USP), busca responder se a política de cotas para negros nas universida-

des públicas é compatível com os princípios constitucionais da igualdade e da proporcionalidade, discutindo as cotas raciais em seu aspecto estritamente jurídico. Para Luiza, "o questionamento em torno da constitucionalidade das cotas é uma oportunidade para se discutir o direito como instrumento de transformação social".

A mestranda também não tem dúvidas de que a dificuldade de acesso dos negros à universidade, somada à resistência em se admitir que existe racismo no Brasil, contribui para a edificação de barreiras também no meio acadêmico, mais voltado à pesquisa e à produção do conhecimento. Neste sentido, "a implementação do sistema de cotas para negros nas universidades públicas é um fenômeno que rompe[ria] radicalmente com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico, provocando um reposicionamento concreto das relações raciais e possibilitando novos questionamentos teóricos e metodológicos sobre o tema", acrescenta.

Um dos aspectos importantes do Neinb é, portanto, contribuir para que mais estudantes negros, ou interessados na temática das relações raciais, possam ingressar na pós-graduação. O Núcleo realiza atividades semanais com estudantes motivados para desenvolver pesquisas em algum programa de pós-graduação nos quais o Neinb atua. Nos encontros, realizados aos sábados, os estudantes são orientados

quanto à formatação de projetos e participam de discussões teórico-metodológicas para melhorar a fundamentação de suas pesquisas.

Interdisciplinaridade

O Neinb é um núcleo de pesquisa interdisciplinar que funciona a partir da articulação de algumas unidades e departamentos em torno do tema das relações raciais. O Núcleo é constituído como um NAP (Núcleo de Apoio à Pesquisa), que são unidades vinculadas à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, cujo objetivo é tratar de pesquisa e produção científica. No Neinb existem pesquisas nas áreas de comunicação, artes e produção simbólica, constituição e direito à identidade, estudos sobre multiculturalismo, ética, filosofia e educação, história do Brasil, história afro-brasileira e políticas públicas para a inclusão social.

Uma das pesquisas realizadas nessa perspectiva interdisciplinar, já em fase de conclusão, está sendo desenvolvida pelo mestrando Marcelo de Salette Souza, cujo tema é "A configuração da curadoria de arte afro-brasileira de Emanuel Araújo". A pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte (MAC-USP). O objetivo da pesquisa, segundo Souza, é revelar um aspecto pouco difundido encontrado nas exposições de arte afro-brasileiras realizadas por Emanuel Araújo, tanto na sua pro-

dução como artista, quanto na sua atividade como curador.

"Existem várias coleções sobre a arte afro-brasileira, e principalmente sobre a imagem do negro no Brasil, só que nem sempre essas exposições focam a construção e o fortalecimento da identidade. Muitas vezes essas exposições mostram as diversas culturas negras no Brasil de um ponto de vista focado no passado", explica Souza. "Emanuel Araújo não apresenta a arte afro-brasileira somente sob o viés da ciência, ou da 'coisa antiga'. Não expõe as obras como algo estranho, exótico. Mas ele tenta também dar a estes objetos uma outra perspectiva, mostrando a participação do negro no Brasil, num sentido do fortalecimento da identidade", completa.

O professor Dennis de Oliveira, que realiza pesquisas relacionadas à representação do negro na mídia, e que realizou recentemente a pesquisa "Identificação e recepções da novela Cor do Pecado", destaca ainda a importância de se fortalecer estudos na área de comunicação e cultura dentro dessa abordagem étnico-racial. Segundo ele, ainda que atualmente a grande mídia não tenha mais condições de ignorar ou negar os debates relativos à questão racial e ao preconceito, ainda estabelece tais debates de forma distorcida. "Não é que a mídia ignora, mas o tema aparece de uma forma em que vai se tirando todo o caráter sistêmico do racismo e ao mesmo tempo



apresentando a saída como sendo individual e não uma saída coletiva", afirma.

O Neinb também se ocupa da publicação de teses e artigos produzidos por seus pesquisadores. A produção mais recente do Neinb é a Coleção *Percepções da Diferença: negros e brancos na escola*, composta por 10 volumes temáticos escritos por diversos autores. A coleção é destinada principalmente a professores da educação infantil e ensino fundamental e busca tratar, de forma direta, muitas das questões que se constituem em dilemas para os professores, questões que em sua maioria envolvem as relações raciais e a discriminação racial sofrida por crianças negras no espaço da escola.

O primeiro volume tem como título *Percepções da diferença*, nele são abordados aspectos gerais sobre o tema das relações raciais e discriminação. Na sequência vêm os volumes: *Maternagem. Quando o bebê pede colo*; *"Moreninho, neguinho, pretinho"*; *Cabelo bom. Cabelo ruim*; *Professora, não quero brincar com aquela negrinha!*; *Por que riem da África?*; *Tímidos ou indisciplinados?*; *Professora, existem santos negros?*; *Histórias de identidade religiosa negra*; *Brincando e ouvindo histórias*, e por

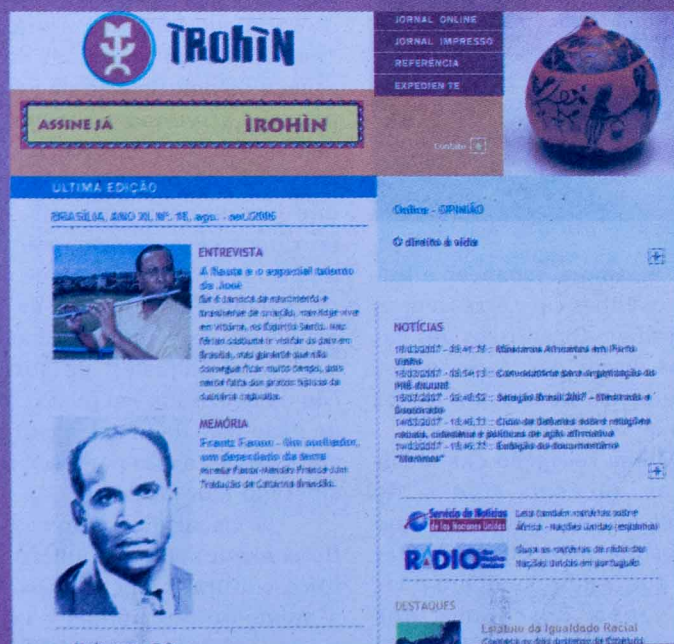
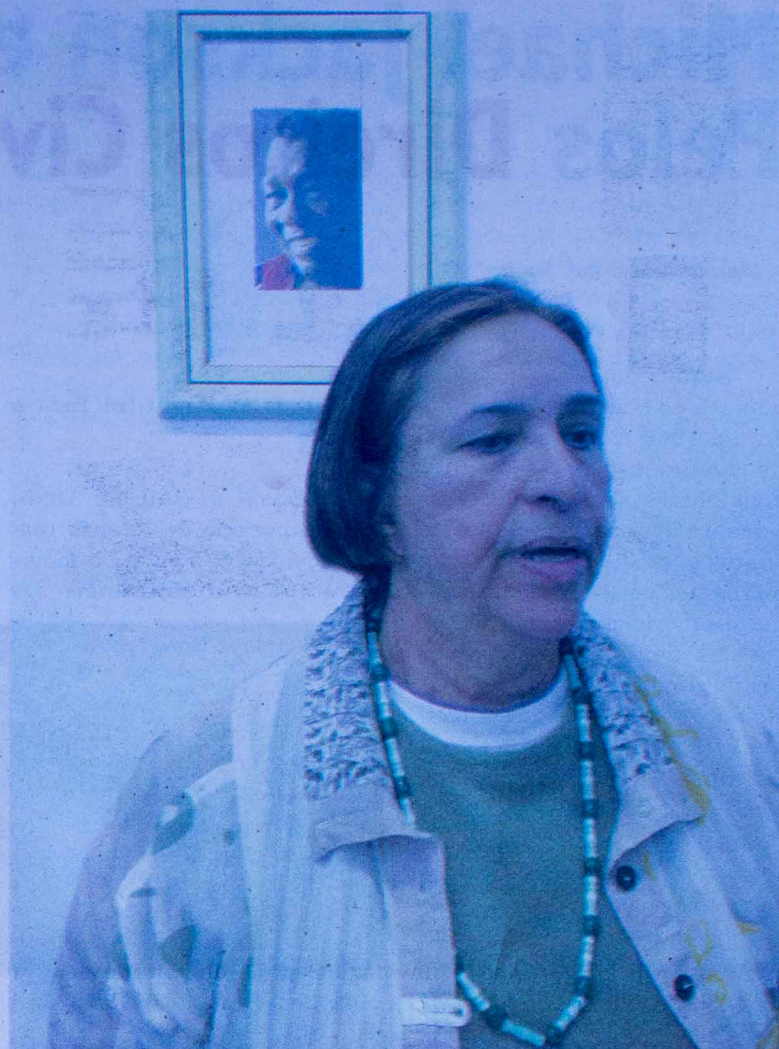
último *Eles têm a cara preta!*.

O núcleo conta com a participação de diversos professores da USP, entre eles, Dra. Dilma de Melo Souza, Dr. Dennis de Oliveira e Dra. Solange Couceiro, os três da Escola de Comunicação e Artes (ECA); Dra. Eunice Prudente e Dra. Gislene Aparecida dos Santos, as duas do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito São Francisco, e Dra. Liana Trindade, do Departamento de Antropologia (FFLCH).

Além de professores da USP, o núcleo conta também com a participação dos professores Dr. Marcello Tassara (Universidade Anhembi Morumbi), Dra. Eliana Oliveira (Faculdade Metropolitana de Caieiras - FMC), Dr. Ricardo Alexino Ferreira (Universidade Estadual Paulista - UNESP), Dra. Antonia Quintão Cezerilo (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Dra. Sandra Regina do Nascimento Santos (Governo do Estado de São Paulo) e Dra. Rosângela Malachias (University of Maryland at College Park).

Sítio do Neinb na internet: www.usp.br/neinb

* *Mestranda em Comunicação/USP*
anamielki@yahoo.com.br



Irohìn na internet !

Informe-se e participe,
acessando www.irohin.org.br

O Irohìn on line é
atualizado diariamente:

Opinião, notícias,
clipping, artigos e enquete.

Aproveite e faça sua assinatura,
ainda gratuita.

www.irohin.org.br

19

PESQUISA

Irohìn

- Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

Michael Jackson e o Movimento Pelos Direitos Civis

Marcio André dos Santos*

Alguns analistas associam a morte de Martin Luther King, Jr. em 1968 com o próprio fim do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Certamente um exagero. Sua liderança e ativismo foram tão marcantes para a luta dos afro-norte-americanos – com repercussões significativas nos países da América Latina, especialmente no Brasil – que é fácil reduzirmos uma história densa e complexa a uma pessoa. Seja como for *Doctor King*, como é chamado pelos americanos, foi um ícone da luta pelo fim das barreiras raciais e pela promoção da justiça racial e seu assassinato fez surgir uma nova fase da luta. Um ícone não se produz artificialmente, seja ele dos campos político, literário ou social. É preciso que haja uma combinação entre história pessoal e dedicação integral a uma causa ou luta específica para que um ícone habite o imaginário social. Além disso, é preciso que transformações sociais e/ou culturais sejam produzidas a partir de suas ações ou que sejam fortemente inspiradas por sua trajetória. Tudo isso Dr. King fez.

Porém, não é sobre o ícone do movimento pelos direitos civis que este texto trata e sim sobre o ícone *pop music* mundial, Michael Jackson, morto recentemente. Vejo uma íntima relação entre estas duas personalidades, ainda que atuassem em esferas diferentes. Que relação é possível estabelecer entre o movimento pelos direitos civis e Michael Jackson? Existiria algum vínculo, alguma conexão entre ambos? Penso que sim.

Black Is Beautiful Para o Mundo

Michael nasceu em 1958, em um período de intensa turbulência racial e auge do movimento pelos direitos civis. Os

como as mulheres e os gays. Joe Jackson, pai e empresário da banda, percebeu que o talento dos filhos poderia ser uma alternativa a vida difícil que levavam como classe trabalhadora negra. Perfeccionista, comandava o grupo com mãos de ferro, chegan-



conflitos entre brancos e negros tomavam as ruas dos grandes centros urbanos, as famosas *riots* (distúrbio, tumulto, agitação), gerando respostas governamentais e mudanças culturais no comportamento coletivo. Os *Jackson Five* foram formados no final dos anos 60 e início dos 70, acompanhando a efervescência política da sociedade americana a partir das ondas de protestos contra a Guerra do Vietnam e das vocalizações de outras minorias,

do até mesmo a espancar e humilhar os filhos caso errassem as coreografias. Os sorrisos das capas dos discos dos *Jackson* frequentemente ocultavam a dor que os levou ao estrelato.

Minha recepção das músicas dos *Jackson Five* e de Michael em particular só veio nos idos dos anos 80 e uma das coisas que lembro bem era o visual super descolado dos *Jacksons*. Todos com cabelo estilo *Black Power*, calça boca de

sino e roupas coloridas e psicodélicas. Antes dos *Jacksons* outras personalidades negras do mundo da música já faziam a cabeça dos jovens negros, como James Brown, tocado incessantemente nos famosos "bailes blacks" em cidades como Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo. Brown foi um dos grandes responsáveis pela expansão da música negra americana no Brasil e na popularização do estilo *Black is Beautiful*, movimento cultural de valorização dos traços e herança africanos cuja influência foi marcante para a militância negra brasileira daqueles anos. Olhando retrospectivamente não acho que a imagem dos *Jackson* tivesse um apelo necessariamente político sobre a juventude negra – e nem era o propósito da banda –, porém com certeza ajudou na sedimentação de uma "cultura de consciência negra" generalizada, para usar o termo do sociólogo Amauri Pereira. Os "bailes blacks" serviam como espaço de aglutinação de jovens negros, ativistas políticos ou não, que vinham dos bairros periféricos das grandes cidades e que geralmente aproveitavam isso para se organizar politicamente. Por esta razão é que curtir e dançar as músicas de um grupo em que todos portavam um visual daqueles, de afirmação da negritude em pleno clima de exaltação da mestiçagem oficial brasileira não pode ser considerado algo fortuito.

O visual dos *Jacksons* refletia exatamente a ebulição político-cultural daqueles anos. Era o momento dos limites e esgotamento da filosofia da não-violência adotada pelas principais li-

deranças e organizações negras no âmbito do *civil rights movement* dos anos 60 e que foi substituída por uma resposta mais enérgica, "revolucionária" e desafiadora frente à persistência das desigualdades raciais e do racismo branco estadunidense. A radicalização do movimento a partir de novas lideranças como Malcolm X, Stokely Carmichael, Ângela Davis, Bobby Seale, Eldridge Cleaver e de organizações como os Panteras Negras, SNCC, CORE, UNIA apontava para a necessidade de mudar o comportamento visual, estético e cultural dos afroamericanos. Desde o *Black Renaissance* (renascimento negro) dos anos 20 e 30 não se via mudança tão abrangente. A adoção de batas africanas, a recusa em alisar ou cortar o cabelo simbolizavam o desejo de se reconectar as tradições ancestrais africanas oprimidas e inviabilizadas pela supremacia branca.

Essa fase mais "radical" do movimento pelos direitos civis significou também um momento de críticas profundas ao capitalismo e a uma adesão ao marxismo por parte de muitos ativistas do *Black Power*. E contraditoriamente, neste período muito do radicalismo negro se transformou em uma defesa aberta de um tipo de "capitalismo negro", como na descrição de Marable (2007). Uma das mais importantes conquistas do "tradicional" movimento pelos direitos civis além da equalização formal com os brancos foi às políticas de ação afirmativa em universidades e serviços públicos. Isso contribuiu para o crescimento substantivo de uma classe média negra urbana, com mais autonomia econômica e influência nos meios de comunicação e da política.

O Fenômeno Michael Jackson

Os anos passaram e os estilos musicais e culturais também se transformaram. A cha-

mada "Era Disco" já não exibia as mesmas preocupações de ruptura que a geração musical anterior. Era mais estilizada e "descomprometida", ainda que tenha mundializado mais fortemente a música negra no mundo. Já em carreira solo Michael Jackson mostrou ao mundo ao que veio. Seu primeiro disco solo *Off the Wall* de 1979 vendeu mais de 25 milhões de cópias e foi considerado um verdadeiro acontecimento musical já que suas canções permaneceram no alto da lista durante meses. Os álbuns posteriores também se revelaram sucessos de venda. O álbum *Thriller* de 1983 vendeu mais de 106 milhões de cópias em todo o mundo, sendo considerado um marco da indústria fonográfica. Além de exercer forte influência no mundo da moda e cultura urbana, este álbum inaugurou a era do videoclipe e mudou definitivamente a mídia em torno da divulgação musical. Nos anos 80, perdurava o preconceito racial nas rádios americanas que tocavam rock, voltadas para públicos brancos. Michael foi o primeiro músico negro que tocava na MTV com o videoclipe "Billie Jean". O guitarrista Eddie Van Halen participou da canção "Beat It" fazendo com que rádios de rock ou rádios de brancos tocassem a música de um artista negro. Fato inédito.

Não preciso sublinhar o que isso tem de político. Michael não era e jamais pretendeu ser um porta-voz dos afro-americanos. Não era um ativista político da maneira em que comumente se compreende este termo. Muitos de nós nos perguntávamos o que se passava pela cabeça do gênio da *pop music* ao fazer sucessivas cirurgias no nariz e passar por processos de embranquecimento da pele. Seria mesmo vitiligo? Michael deixou de ser negro? Negou sua "raça" e sua história? É claro que Michael era negro, apesar de todo o esforço das redes midiáticas internacionais em

transformá-lo em um "branco honorário". Michael Jackson foi alguém de ultrapassar as barreiras e limites de seu tempo como ninguém. Inventou e sofisticou um estilo musical e conseguiu conectar gerações e pessoas do mundo inteiro, de todas as raças, etnias, religiões e classes sociais possíveis. É exatamente isso que faz de um ícone, ícone. É a capacidade de criar uma linguagem global em que todos se identifiquem e espelhem.

Outros Matizes do Político

O legado musical de Michael Jackson tem uma dimensão política incontestável. Contraditoriamente, tal legado tem íntimas associações com a indústria cultural e com o imperialismo cultural norte-americano que é perfeitamente perceptível em qualquer parte do mundo. Porém, este legado expressa a força e a capacidade de transpor barreiras de vários tipos, em especial as barreiras raciais. Jovens negros, brancos, asiáticos, latinos, de países tão diferentes quanto Japão e Guiné Bissau, Porto Rico e Mongólia cresceram ouvindo e dançando as músicas de *Michael Jackson* e do *Jackson Five*. De certa maneira, todos pertencemos a esta rede, conectados a esta mesma fonte cultural, direta ou indiretamente. Isso é político. É a política feita com outros matizes. Este tipo de política pode não ter tido nenhum tipo de impacto direto na redução do racismo anti-negro, mas influenciou culturalmente aqueles que formularam e formulam políticas antidiscriminatórias.

No cerimonial fúnebre em sua homenagem estiveram presentes não somente artistas negros e personalidades, mas também lideranças da comunidade negra americana como o reverendo Al Sharpton e os filhos de Martin Luther King, jr. Todos ressaltavam a importância de Michael para a comunidade negra e sua relevância e influência

para além desta. (Na verdade, Michael participou de campanhas humanitárias, como a famosa campanha de combate à fome na Etiópia, junto com outros 44 músicos americanos e que se tornou uma referência na metade dos anos 80). Antenados com esta conexão, a cobertura ao vivo da CNN exibia as reações dos afroamericanos em várias partes do país, sejam nas ruas ou reunidos nas igrejas negras.

Vivemos em um mundo em que "fenômenos" *pops* são fabricados na velocidade da luz e cujo "legado" não ultrapassa a capa de uma revista sensacionalista. No entanto, certas figuras são ícones pelo conjunto de sua obra artística e devido a sua irradiação para além de um campo específico de atuação. Também resultam de um determinado contexto cultural e político, não se ancoram em um vazio de sentido. Aquilo que cantam, que vestem, que compõem e que imaginam são expressões do mundo vivido, dos acontecimentos ordinários e extraordinários do dia a dia. Um movimento social nunca se expressa somente por ações políticas *stricto sensu*. É movido também pelo dinamismo cultural do seu tempo. Por esta razão, Michael Jackson faz parte do legado cultural do *civil rights movement*, do mesmo modo que a história política dos afro-americanos tem em Michael um de seus mais criativos porta-vozes. Nos Estados Unidos e no mundo. Independente das limitações, bizarrices e contradições do homem Michael, ficará a lembrança de um gênio da música.

Baltimore, 7 de julho de 2009.

Referências:

Marable, Manning. *Race, Reform, and Rebellious: The Second Reconstruction and Beyond in Black America, 1945-2006*. 3a Edition. University Press of Mississippi. 2007.

"Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ."



Ignez Assumpção, a Selene

Pelas mãos de Dona Ignez, vieram ao mundo milhares de crianças de Salvador. Ela assistia, auxiliava e, mais que tudo, iluminava. Leia a seguir o perfil da primeira parteira diplomada da Bahia.

Ana Alakija*

Serena, bondosa e bela. Assim era Ignez Selene de Assumpção. Não tenho elementos suficientes para falar da vida nem do pensamento dessa guerreira que carregava o nome da deusa da lua (na mitologia grega), por sua vez, astro símbolo da maternidade. Posso falar da presença e de algumas memórias ligadas a essa baiana que nasceu fins do século XIX, atravessou quase todo o século XX, vencendo preconceitos e uma sociedade bastante restritiva, que destinava para a mulher o papel de boa esposa e mãe-de-família, não de profissional fora do lar. Ignez, por vocação ou por uma contingência, tornou-se a primeira parteira diplomada da Bahia, assistindo a três gerações de tradicionais famílias baianas, principalmente no distrito de Santo Antônio.

Profissão das mais antigas e ainda hoje existente, (estima-se em 60 mil profissionais atualmente no Brasil), as parteiras sofreram perseguição, calúnia e foram combatidas principalmente por sacerdotes e médicos, que as consideravam ignorantes e despreparadas para situações de risco na gestação e trabalhos de parto. Chegaram a ser queimadas (na Idade Média) nas fogueiras da inquisição. O curso para parteiras no Brasil foi criado junto com a lei de 3/10/1832 que também criou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, diante da preocupação das autoridades pela alta mortalidade materno-infantil no país e a exis-



tência de um número grande de parteiras tradicionais – na época chamadas de aparadeiras e curiosas. Ignez fez o curso de Obstetrícia na Faculdade de Medicina da Bahia.

Pelas mãos dela vim ao mundo, assim como minhas irmãs. A ela devo inclusive o nome. Conta mi-

nha mãe que após o meu nascimento ela me ergueu nos braços e disse "Ana Maria..." Dizem que tinha um caderno onde anotava os dados da parturiente e do recém-nascido. Minha tia Baby falou uma vez no registro de 5.000 partos. Meu pai, filho caçula, ressaltou em seu diá-

rio de 1946, o seu "espírito batalhador de fibra... saindo altas horas da noite, vezes incontáveis sob o rigor de um tempo invernosso, para atender as suas parturientes e, assim até hoje conseguiu manter a casa de pé... goza de perfeita saúde e é de uma resistência admirável..."

Ignez nasceu a 20 de abril de 1891 e faleceu aos 95 anos a 27 de maio de 1986, no sobrado da Rua Siqueira Campos, 16, Barbalho, onde viveu mais da metade da sua vida. Filha de José Felipe dos Reis e Lélia Ferreira Fraga; a família tem conhecimento da existência de apenas uma irmã por parte de pai, Maria Coleta dos Santos (....-1990). Recebeu o Assumpção através do matrimônio com um jovem nobre Yoruba, Maxwell Porphyrio de Assumpção (Alakija) – título posteriormente incorporado aos filhos como sobrenome – rebento de pais afro-brasileiros que migraram para a Nigéria no início do século XX, onde encontraram descendentes dos seus antepassados fundadores do reino que deu origem ao clã e reconquistaram a soberania; diferenciando dos irmãos, numa época em que famílias nigerianas abastadas enviavam os filhos para estudar na Europa, Maxwell (1877-1935) veio para o Brasil quando jovem como imigrante, aqui estudando e diplomando-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia.

Da união Ignez-Maxwell nasceu o primogênito Delhi (1908-1949), engenheiro de telecomunicações, a Dra. Cleonice (1910-2000),

primeira mulher médica a se especializar em Oftalmologia na Bahia e o Dr. George Alakija (1921-2005), médico-psiquiatra e uma das maiores autoridades em medicina psicossomática e hipnologia. Um quarto rebento não teria vingado. "Nazinha" foi também uma companheira compreensiva acolhendo Daley e Célia, filhos de meu avô levados pelo pai para serem educados na Inglaterra, posteriormente indo viver na Nigéria. É também conhecido seu espírito bondoso no acolhimento de gestantes solteiras em sua própria casa, fazendo o parto e ten-

do ficado com pelo menos duas crianças para criar. A viuvez fez com que Ignez trabalhasse incessantemente para dar continuidade à educação dos filhos e se dedicasse mais ainda à profissão que exerceu até quase 1970, quando, por conta de uma erisipela, foi aconselhada por médicos a não fazer mais partos.

Memorada pela Câmara Municipal do Salvador em diversas ocasiões, por políticos da direita e da esquerda, que enalteciam suas virtudes pessoais como "dessas criaturas que jamais soube dizer não aos que batiam a sua porta" e pela "vitoriosa

carreira que desenvolveu ao longo de 50 anos, com a Bahia e os baianos devendo muito a ela, sobretudo aqueles que vieram à luz através dos trabalhos dessa grande mulher".

Alves, Amorim, Santos, Cardoso (olá, Edson!) Souza, Seabra, Ramos, Ribeiro, Brito, Alencar, Trócoli, Barreira, Oliveira, Lacerda, Gomes, Silva, Freitas, Brasil, Cruz, Aires, Gouveia, Machado, Figueiredo, Almeida, Rego, Diniz, Ansoregui, Baptista, Martins, Andrade, Nogueira, Ribas, Fortuna, Gomes, Perez, Chagas, Villa, Tourinho, Serra, Luz, Rocha, Moreira, Guimarães, Rosado,

Barbosa, Benjamin, Espírito Santo, Araújo, Nery, Gurgel, Moniz, Pereira, Conceição, Lima, Carvalho, Menezes, Vieira, Espínola, Portela, Pimenta, Maciel, Barros, Borges, Brandão, Bancelar, Lima, Jesus, Camêlyer, Calmon, Bandeira, Chaves, Ferreira, Bonfim, Lobão, Gonçalves, Sodré, Medeiros, Pedreira, Coelho, Marques, Spínola, Pondé, Ramos, Barreto, Feitosa, Pinheiros, Andrade, Sampaio, Vieira, Madureira, Brochado, Venet, Carteador, Teixeira, Cunha, Crusoé, Pessoa, Camposé, Caldas, Croesy, Deiró, Santana, Tavares, Caruaíba, Martins...



Jônatas Conceição da Silva

O quilombola das Saubaras invisíveis

Lindinalva Barbosa*

Em 1986, participei, pela primeira vez, de um encontro do movimento negro, em Salvador. Não recordo o nome do encontro, mas lembro bem que aconteceu no auditório do Colégio Antônio Vieira e estava cheio de pessoas em sua maioria jovens que falavam de coisas que eu nunca tinha ouvido (ou tinha me dando conta) antes: racismo, consciência negra, apartheid, embranquecimento, mito da democracia racial, poder para os negros e por aí vai..... Saí dali impactada tanto pelos discursos, quanto pelas presenças. Nunca mais consegui me afastar daquele meio, nem daquelas idéias.

Uma das falas que mais me impressionaram naquele dia foi sem dúvida a de Jônatas Conceição. A aparência franzina e a fala mansa contrastavam com a força e credibilidade que as suas palavras produziam. Na hora, tive o sentimento de que a gente podia confiar plenamente naquilo que aquele cara estava dizendo. E esta impressão foi sendo confirmada ao longo dos mais de vinte anos em que compartilhamos militância negra e ami-

zade.

Escrever estas poucas linhas sobre Jônatas, embora não seja tarefa simples, me permite rememorar e dividir um pouco das lembranças sobre um homem que ajudou a mudar a feição da cidade mais negra do mundo fora da África: Salvador. Jônatas nasceu nesta cidade, mas bem poderia ter nascido em outro canto do Recôncavo, em Saubara, cidade que amou e cantou a vida inteira e a que dedicou um de seus mais belos poemas: *Às Saubaras invisíveis*. Ele também amou muito o bairro onde escolheu viver, o Engenho Velho de Brotas, lugar de resistência negra cotidiana e de inspiração para a sua poesia: de lá, enxergou "miragens e outras miragens de engenho", através dos batuques dos sambas de São João (e dos outros dias do ano), das rezas de Santo Antônio, dos cheiros das cozinhas pretas e do convívio fiel com o povo do lugar.

Foi pelos caminhos da militância no Movimento Negro Unificado - MNU da Bahia, organização que ajudou a fundar em 1978; e da atuação no bloco afro Ilê Aiyê,

do qual era diretor, que tive o privilégio de conhecer Jônatas mais de perto. Como professor incansável, viveu a "ensinar", com o próprio exemplo, a pertinência e determinação em lutar pelas coisas em que acreditava, primando sempre por uma inegociável sinceridade - essa virtude tão escassa em nossos dias. Como poeta dos melhores, perseguiu e manejou as letras com cuidado e, juntamente com outros e outras do seu tempo, imprimiu o adjetivo *negra* à Literatura.

Sempre preocupado com a divulgação de informações sobre a negritude, Jônatas costumava emprestar livros (para os/as amigos/as ou pessoas que elegia como tais, sob a condição expressa de serem devolvidos intactos) e disseminar notícias que fossem do interesse da gente. Velho hábito do militante da imprensa negra, editor do *Jornal Nêgo*, primeiro impresso do MNU que circulou até 1988. A partir daí, a organização passa a editar o *Jornal do MNU*, sob a coordenação de Edson Cardoso e colaboração efetiva de Jônatas Conceição. Segundo o amigo Edson, Jônatas sempre foi

"...desde os tempos de estudante um apaixonado pelos jornais. Estava, nos anos setenta, sempre com um jornal não mão..."

Enquanto militante do MNU, Jônatas também integrou o Grupo de Educação e publicou, nos Cadernos de Educação do CECUP, um trabalho importante que merece ser visitado/revistado pela educação: *Reflexões sobre o ensino do Português para a escola comunitária* (Caderno de Educação Popular, nº 20, Salvador: CECUP, 1991); e organizou o livro *Movimento Negro Unificado - 1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo* (São Paulo: Confraria do Livro, 1988), edição histórica e comemorativa do decênio da organização. No Ilê Aiyê, continuou o destino de escriba negro, sendo responsável pela organização de muitas das publicações da entidade, como os periódicos *Cadernos de Educação do Ilê Aiyê* (Salvador: PEP do Ilê Aiyê), do PEP - Projeto de Extensão Pedagógica, projeto que também coordenou, além de co-dirigir os festivais anuais de música do bloco. Empreendimentos que fazia bem feito como ofício e obri-

gação de militante das causas anti-racistas, sem nenhuma vaidade ou arroubos de grande liderança.

Como escritor e poeta, Jônatas Conceição participou de movimentos significativos da Literatura Negra brasileira, como o GENS – Grupo de Escritores Negros de Salvador, de finais da década de 1970; publicou regularmente nos *Cadernos Negros* (São Paulo: Quilombhoje); também participou de diversas outras antologias nacionais e internacionais, como *Callallo – Revista de Artes e Letras Afro-Americanas e Africanas* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995). Publicou individualmente os livros de poemas *Miragens de Engenho* (Salvador: IRDEB, 1984), que foi republicado, acrescido de novos poemas, em *Outras Miragens* (São Paulo: Confraria do Livro, 1989); organizou a antologia *Quilombo de Palavras* (Salvador: Ilê Aiyê/EDUFBA, 2000), a qual teve o privilégio de ser parceira na co-organização.

Como fruto de sua experiência acadêmica no curso de Mestrado em Letras da UFBA, Jônatas publicou *Vozes Quilombolas – Uma poética afro-brasileira* (Salvador: Ilê Aiyê/EDUFBA: 2004). Neste livro,



Jônatas tece uma abordagem em torno do quilombo e das canções do "mais belo dos belos" sobre essa temática, nos mostrando a eficácia do "aquilombamento" como estratégia de sobrevivência do povo negro na diáspora e de salvaguarda dos modos de vida africano e afro-brasileiro como princípios civilizatórios que servem para todas as pessoas. O livro é um testemunho da laboriosa capacidade que o povo negro tem, através de séculos de escravidão e opressão racial, de exercer a "felicidade guerreira", aquilombando-se nos campos e nas cidades, em labutas diárias por uma

vida melhor, livre do racismo e das desigualdades.

Ainda em *Vozes Quilombolas*, estão dedicadas algumas páginas ao poeta gaúcho Oliveira Silveira, referência da Literatura Negra produzida a partir dos finais dos anos de 1960, e à sua obra *Poema sobre Palmares* (Porto Alegre: edição do autor, 1987), versos que têm animado a luta dos quilombolas de hoje. Jônatas – assim como Oliveira – foi cantar seus versos em outras plagas, deixando, no entanto, para nós uma vida inteira de herança. Herança em forma de feitos, lições, poesia e crença na "felicidade

guerreira". Pouco antes de partir, nos adverte, em texto deste *Jornal Irohin* para o poeta e amigo Oliveira, de que "Os escritores não morrem. Os poetas são para serem lidos, relidos e divulgados à *mão cheia*" (ano XIII, nº 24, p. 35). Então, sigamos a recomendação do poeta quilombola.

Jônatas Conceição da Silva sempre foi um homem de poucas palavras, porém de muita sabedoria, submersa no olhar atento do homem apaixonado pelas coisas da cultura negra que fervilhavam na *Roma Negra* ou em qualquer outro canto aonde tivesse quilombagem.

Pela dignidade das escolhas que fez, Jônatas será sempre um *bem lembrado* entre nós! Da minha parte, só resta agradecer a sua presença e diletta amizade, a sua fala naquele dia de 1986 e a sua ação quilombola permanente. Que seus versos continuem sendo cantados eternamente pelas vozes quilombolas do povo negro do Brasil e do mundo.

***Militante do Movimento Negro, Educadora, Mestranda em Estudo de Linguagens – UNEB e Técnica-Administrativa do CEAOUFBA.**



O dedo na ferida

Mas que oralidade é esta que tanto assusta? Que língua horrível é esta que devo exorcizar? Quais as características dessa língua lazarenta?

Péricles Cunha*

Recentemente, o editor deste *Irohin*, Edson Lopes Cardoso, sabedor das minhas afinidades com uma determinada linhagem de pensadores e artistas baianos, onde se destaca, dentre outros, Guerreiro Ramos¹, passou-me um artigo deste sociólogo brasileiro, de apenas 28 páginas, publicado no Rio de Janeiro, em 1955, sob o título *Patologia do 'branco' brasileiro*².

Nesse artigo primoroso, escrito com isenção e lisura, propõe estudar as relações sociais de raça no Brasil. A grande novidade é que,

para o entendimento das relações raciais no Brasil, inverte a direção dos estudos: em vez de ter sempre o negro como objeto de estudo, sugere a sua substituição, a substituição do negro, pelo 'branco' brasileiro (assim mesmo, com aspas), cujos exemplares mais perfeitos se encontrariam no nordeste brasileiro e, mais particularmente nas elites baianas (no plural mesmo, e aqui me imiscuo eu, já que vivemos num país onde não se pode falar de *elite*, por não haver quem lhe mereça este significante entre nós des-

tituído de quaisquer significados).

Não contente com a tematização deste pseudobranco brasileiro, vai além, não lhe reconhecendo quaisquer laivos de sanidade: trata-se de estudar a *patologia social* desse auto-intitulado 'branco' brasileiro.

Depois de uma introdução onde vai buscar nas tradições sociológicas e antropológicas (conceitos de *normalidade*/patologia), e psicanalíticas (conceitos de *sentimento de inferioridade* e de *protesto*) razões para justificar a consideração

da saúde/insanidade das sociedades humanas, onde se poderia identificar traços de normalidade ou de patologia, Guerreiro Ramos assim enuncia a sua tese:

'Nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do 'branco' brasileiro e, particularmente, do 'branco' do Norte e do Nordeste. [...] Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um

protesto contra si próprias, quanto à sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-avaliação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico' [p.9-10]

A partir daí, fornece numerosos exemplos de como se manifesta essa patologia, lembrando ainda como o **desajustamento do 'branco' brasileiro à sua condição étnica** o leva muitas vezes à criação de 'ficcões', como, por exemplo, a rejeição da afirmação de que o Brasil é um **'país de mestiços'**³.

Não pretendo analisar aqui o artigo propriamente dito. O autor nele envereda por temas correlatos e assume algumas posições que deixo a sua análise para pessoas mais qualificadas que eu e, sobretudo, mais atualizadas em relação ao assunto, embora de nada discorde do que ali está dito. Muito antes pelo contrário! Prefiro, no entanto, para não deixarmos de contemplar aquilo que é o motivo principal dos meus escritos para o *Ìrohìn* - a linguagem -, aproveitar uma deixa sua quando exemplifica algumas formas de **protesto racial**⁴ empregadas pelos 'brancos' brasileiros ao se verem diante do questionamento de sua 'brancura', e quando se refere a alguns traços da exibição dessa mesma 'brancura' tais como a *decoração da casa*, a *constituição do nome*, o *estilo lingüístico*.

Deixando de lado a *decoração da casa* e a *constituição do nome*, fiquemos com o *estilo lingüístico*.⁵ O 'estilo lingüístico' seria, portanto, uma marca de distinção 'racial', produzida no contexto de um 'protesto lingüístico', cuja base se encontraria no sentimento de inferioridade do 'branco' brasileiro em relação à sua condição étnica objetiva. Contudo, para tentar definir esse *estilo* deveríamos também nos interrogar sobre que *língua* seria esta a que recorriam os 'brancos' brasileiros para se diferenciar da quase totalidade da população brasileira. E, correlativamente, perguntarmo-nos sobre qual seria a *língua* que não gostariam que lhes fosse atribuída.

Pra começo de conversa, quem conhece a Bahia e, na Bahia, teve contato com os 'poderosos' de lá, aqueles 'remediados' de sempre, pode levantar facilmente algumas

características desse *disfarce lingüístico*: latinismos decorados, sim, porque ninguém mais sabe latim, alguns helenismos de segunda mão, galicismos, ah! uma profusão de galicismos, esses prioritariamente sintáticos; no léxico, uma citaçãozinha assim, de vez em quando, em francês de biquinho, 'en passant', não é mesmo? E lusitanismos. Claro, lógico, de preferência arcaizantes, de boa cepa. Citações de clássicos decoradas de antologias espanholas ou francesas e, sobretudo, um *estilo de fala 'por escrito'*. Sim, porque um verdadeiro horror à *oralidade* é o que define esse 'protesto' lingüístico⁶.

Mas que oralidade é esta que tanto assusta? Que língua horrível é esta que devo exorcizar? Quais as características dessa língua lazarenta?

De chofre, e sem subterfúgios: esta língua é **a nossa língua!** A nossa tão maltratada⁷ língua brasileira! Língua ainda, por excelência, oral, apesar dos esforços modernistas e regionalistas. A oralidade do povo brasileiro. Aquela oralidade que o artigo da Profa. Nadja Andrade, comentado no número anterior deste *Ìrohìn*⁸, mostra como foi confinada em si mesma e restringida aos falares rurais e populares.

Naquela matéria do último número de *Ìrohìn*, prometi que iria deixar para outra oportunidade a apresentação dos traços lingüísticos levantados pela Profa. Nadja, em seu artigo pioneiro, os quais foram aparentemente extraídos do livro de Renato Mendonça⁹ e também, ao que parece, da obra de Serafim da Silva Neto, onde se evidenciam os aspectos mais marcadamente ideológicos que denuncia em seu trabalho. Devo lembrar, contudo, que esses autores, como havia dito, elegantemente não são citados em seu artigo. A oportunidade surge agora, já que é preciso que se dêem exemplos de alguns dos traços dessa oralidade rejeitada.

Assim, em relação aos traços lingüísticos, a Profa. Nadja seleciona resumidamente os seguintes:

Na fonética:

a) iotização (mudança de uma vogal ou consoante para a vogal anterior [i] - ieísmo - ou para a semivogal [y] (iode)) da lateral pa-

latal sonora (palha : paia)¹⁰;

b) realizações diferentes da vibrante múltipla: em posição final = zero (falar : falá) ou flepe com satura vocálica (mulher : muiére); em posição inicial = lateralização (rapaz : lapásse) ou substituição por flepe (rrato : rato); em posição medial = lateralização (carro : calo);

c) lateralização da vibrante simples (fora : fola);

d) redução a zero da lateral alveolar sonora (ou glaide posterior) (general : generá)

e) mudança do ponto de articulação: da fricativa palatal sonora para fricativa alveolar sonora (Jesus : Zezus, genebra : zinebra, registro : rezisto);

f) eliminação de grupos consonânticos (negro : nego);

g) monotongação (redução de um ditongo a uma vogal) (peixe : pexe, ouro : oro);

h) saliência das vogais pretônicas (pessoa, no lugar de p'ssoa, coroa, no lugar de c'roa);

i) aféreses (queda de fonemas iniciais) (estar : tá, você : ocê)

j) metáteses (transposição de fonemas dentro de uma palavra) (escova : sicova, espoleta : supoleta);

k) epênteses (aparecimento de fonemas no início de uma palavra (flor : fulô).

Na morfologia e na sintaxe:

a) neutralização das oposições pessoais no sintagma verbal (eu canto, tu cantas, ele canta, nós cantamos, vós cantais, eles cantam : eu, tu ele, nós, vós, eles canta);

b) redução do morfema de 3ª. Pessoa (monotongação com perda de nasalidade) (amaro : amaro);

c) gerúndio nd tornado-se-n (falando : falano);

d) incidência de verbos de radical em -ar. (enquizar, do quimbundo 'kijila', ('carimbar'), do quimbundo 'kirimbu' ('marca') etc.);

e) neutralização das marcas de gênero e número do pronome pessoal (os ele, zêle (no dialeto caipira);

f) acréscimo do morfema flexional de plural na partícula enfática das orações exclamativas (quês menino perverso);

g) apagamento das marcas de plural (eles vai, chegou quatro empregado, os menino, os menino ficaro queto).

Na sintaxe:

a) predileção pela próclise na colocação dos pronomes enclíticos (me dá por dá-me);

b) algumas regências verbais atípicas (falar 'com' estar 'com');

c) uso do presente do indicativo em lugar do futuro (visito você amanhã);

d) certos usos de possessivos e demonstrativos (mandei-lhe notícias minhas, notícias essas que nunca chegaram).

Na fono-sintaxe:

a) formação de novos itens lexicais autônomos, geradores de outras formas (os arreios : uzarreio, zarreio, zarreia; os olhos : uzóio zóio, zoiá);

b) também (ir-se embora ir simbóra, vai-te embora vai timbóra).

No léxico:

a) vocábulos africanos de origens diversas;

b) predominância de termos bantos (quimbundo) e em menor escala de termos Kwa (yorubá)

c) vocabulário não africano de procedência africana do tipo árabe - quimbundo - português; persa - africano - português, etc.;

d) locuções, expressões e termos de linguagem infantil (banzé-de-cuia, fulo-de-raiva, cacá, bumbum, tatá)

e) fórmulas familiares de tratamento (ioiô, nhonhô, nhô);

f) alguns adjetivos;

g) termos 'chulos'.

Poderíamos enumerar muitos outros traços, já levantados por pesquisadores contemporâneos, alguns dos quais tive ocasião de citar no artigo sobre o trabalho da Profa. Yeda Pessoa de Castro, em número anterior do *Ìrohìn*¹¹. No entanto, optei por me ater aos que foram citados no artigo da Profa. Nadja.¹²

Uma última observação a ser feita se refere a alguns conceitos elaborados sob inspiração da exploração predatória européia dos outros povos do planeta, a que se deu o nome eufemístico de 'colonização'. Trata-se dos conceitos de 'crioulização' e de 'descruioulização'. **Crioulização**, grosso modo, seria o processo pelo qual povos autóctones, em contato com uma língua européia no processo dito 'colonizatório', adquirem, desta, uma base lexical que se adapta a

suas formas gramaticais autóctones, e cuja evolução faz com que se torne a língua materna de uma determinado grupo ou região. Assim, seria um processo que, partindo da base européia, segue na direção da língua autóctone. **Descruiolização** seria o processo inverso: das línguas *crioulas*, ou *semi-crioulas*, se procederia a um retorno à língua européia...

Ora, o que se esconde aí, por trás desses conceitos higienicamente 'científicos'? Não é difícil perceber que se trata similarmente do mesmo tipo de rejeição que faz com que o 'branco' brasileiro negue as suas origens étnicas, com todas as conseqüências que daí advêm (não se deve esquecer que a língua brasileira é basicamente o resultado da aquisição do português pelos povos africanos em território que se tornaria mais tarde 'brasileiro'. Um 'crioulo' portanto¹³). O conceito de *descruiolização*, no entanto, mais do que desejado é, no Brasil, a *política lingüística não explicitada*, que reina nas 'aulas-de-português' do nosso sistema escolar, provavelmente a responsável pelo fracasso retumbante desse ensino - e de toda a escolaridade - entre nós, a que se acrescentam todas as implicações

psicologicamente negativas que acarreta. Na verdade este conceito não passa do que venho chamando de **'embranquecimento lingüístico'**¹⁴.

Espero assim ter deixado claro que a língua que a todo custo se tenta evitar é, na verdade, a nossa língua brasileira, salientando, por fim, que alguns dos traços que marcam os dialetos confinados, apesar de todo policiamento contra, já fazem parte da *língua dita culta* no Brasil.¹⁵

***Mestre em Lingüística (Unicamp) e pesquisador independente, autor do livro "As muitas línguas brasileiras" (1996), ainda inédito.**

¹ O Professor Guerreiro Ramos foi durante muitos anos professor da Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, tendo criado o conceito fundamental de 'redução sociológica', coroamento de sua crítica às ciências sociais brasileiras.

² Guerreiro Ramos. (1955) *Patologia social do 'branco' brasileiro*. Rio de Janeiro. p. 9-10.

³ Engraçado, ou melhor dizendo, trágico, é ver como esta afirmação, que, na época em que foi escrito o artigo - meados do século passado - era rejeitada pelas elites de então, é hoje, esta mesma afirmação, levantada pelos 'brancarrões' descen-

dentes, para justificar, por exemplo, o seu horror contrário às políticas afirmativas. Isto ilustra claramente o que, no início do artigo, quando buscava apoio nas ciências humanas referidas para o tratamento de seu tema, citando Durkheim, afirma ser contextual, o critério do normal e do patológico, tanto espacial quanto temporalmente 'varia historicamente numa mesma sociedade'... (p.5).

⁴ O conceito de 'protesto' foi emprestado da psicologia adleriana. Este conceito, como também o conceito derivado de 'protesto lingüístico', se enraízam num sentimento de inferioridade, no qual Guerreiro Ramos identifica dois pólos: a inferioridade, 'sentida com excessiva intensidade' e a superioridade, 'desejada mas fictícia' [p.16]

⁵ Em relação à constituição do nome me ocorre intuitivamente o aspecto da proliferação de prenomes e de sobrenomes na nomeação de um único indivíduo, imitando talvez a quilometragem dos nomes de reis e rainhas, príncipes e fidalgos, em suma, dos membros da corte portuguesa...

⁶ A oralidade é evitada porque é lá onde insidiosamente se esconde o rabo solerte que teima em aparecer nos interstícios da roupagem 'nobre': os traços da 'arraia miúda' que se tenta expurgar.

⁷ 'maltratada' aqui não tem como sujeito do verbo os usuários da língua. Não!. De modo algum. Quem maltrata a nossa língua são os gramáticos e os tais 'professores-de-português'. A eles se juntam os mercenários da língua, aqueles que vivem da exploração comercial dos pro-

blemas criados pelos primeiros.

⁸ Cf. Cunha, Pérciles. (2009) Uma tomada de posição pioneira. In: IROHIN. Ano XIII, No. 24. pp. 28-9

⁹ Mendonça, Renato (1933). A influência africana no Português do Brasil. Rio de Janeiro: Sauer. Utilizo-me de sua 4ª. Edição: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1973.

¹⁰ Por um problema técnico, estou sem poder utilizar os caracteres fonéticos.

¹¹ Cf. Cunha, Pérciles. (2006) O português (africano) brasileiro. In: IROHIN, Ano XI No. 16 pp. 34-5. Principalmente a questão dos padrões silábicos das línguas banto que, acrescento agora, explicariam inúmeros fenômenos nos dialetos brasileiros.

¹² A atualização desses dados é uma tarefa a ser realizada e está em meus projetos fazê-lo, se Deus me der tempo e dinheiro.

¹³ Já se gastou muita tinta nessa discussão sobre se a língua brasileira é ou não uma língua crioula ou se foi, mas deixou de ser crioula (donde surge o conceito de 'semi-crioulo'), se está em processo de descruiolização, etc., etc. Aí nos deparamos com mais uma face do tal 'disfarce'...

¹⁴ Cf. Cunha, Pérciles. (2008) A diversidade lingüística do Brasil - comentários sobre um relatório. In: IROHIN XII No. 22 pp.28-9.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, as questões da concordância nominal e da colocação dos pronomes enclíticos. Cf. a propósito os trabalhos da Profa. Marta Scherre e as obras produzidas dentro do Projeto Gramática do Português Culto Falado.



Foto: Brígida Rodrigues

Mulheres resistem no samba de São Paulo

Apesar da diversidade de rodas, espaço feminino no samba ainda é restrito

Diana Clara Condá*

Ao chegar próximo ao número 100 da Rua Guilherme Rudge, por volta das 21h, percebe-se uma movimentação em torno de um espaço onde está sendo testado o som e afinados alguns instrumentos musicais. Nas ruas se ouve um burburinho e logo já possível avistar um bar onde a parede do lado de fora tem o desenho da escrava Anastácia. Quem en-

tra no Raízes Bar, pode ver reprodução da imagem de Zumbi dos Palmares na parede e no cardápio. Além disso, há exposição de fotos de ícones do samba como Cartola, Jamelão, João Nogueira, Candeia Roberto Ribeiro, Pixinguinha, Jovelina Pérola Negra, Dona Ivone Lara e Beth Carvalho.

É um bar diferente em São Paulo, mas não só pela estética. Um reduto negro na capital paulista que traz em sua essência um aconchego que abriga os frequentadores, recebidos com o sorriso largo e o "boa

noite!" da proprietária, Gê Manhosa. Pudera, na cidade em que hoje o samba está na moda e por isso conquistou a noite nos points da classe média alta paulistana, a fórmula do sucesso ainda é tentar sair do senso comum, mas respeitando a cultura popular.

Modismos à parte, este samba que você, leitor, irá conhecer, acontece no bairro da Penha, zona Leste de São Paulo. De forma objetiva, conforme o endereço: periferia. Esse é o lugar onde pensar, falar e fazer samba é nato. E é nesta mes-

ma periferia onde o som do samba ecoa e chama o povo para apreciar. Pandeiro, cavaquinho, cuíca, surdo, reco-reco, tamborim e xequerê. Os sete instrumentos dão o tom que indica o início do espetáculo. Uma toalha de crochê nas cores branca e rosa forra a mesa onde sete mulheres se posicionam devidamente e sentam ao redor. Sob o crivo das musicistas quatro homens também se sentam à mesa para participar.

É noite do Samba D'elas - Herança de Ciata. O legado que essa "tia baiana" referência nacional no samba deixou para o grupo é lembrado a cada tom, a cada som, a cada gesto, a cada verso, a cada canção.

Para ilustrar o momento singular de abertura da roda, um pout-pourri de sambas da Bahia às 21:10h..

A experiência das integrantes do grupo Samba D'elas foi adquirida nas rodas-de-samba paulistas majoritariamente masculinas, como Samba da Vela e Samba da Tenda, mas ao perceberem que nestas rodas não havia espaço para mostrar o talento como compositoras e cantoras, resolveram se unir e após um encontro de mulheres sambistas em oito de março do ano passado criaram um grupo onde homem até pode participar cantando ou tocando, mas o poder de decisão e gerenciamento da roda-de-samba é feminino.

São sete mulheres de fibra que conciliam família e trabalho com a arte de fazer música por pura e simplesmente entender a essência do samba sem reduzi-lo a gênero musical, mas sim percebê-lo como um movimento cultural. Por isso, para manter a roda feminina, as integrantes do Samba D'elas aprenderam a negociar diplomaticamente como forma de resistir às desigualdades entre homens e mulheres no samba.

Participam de rodas-de-samba masculinas, transitam pelo meio do samba para fazer contatos, rever amigos e amigas, mas divulgação mesmo do trabalho autoral feminino, só quinzenalmente, às quintas-feiras no Raízes Bar, com público cativo e crescente. Além disso, as mulheres do Samba D'elas também têm de lidar com o assédio masculino: enquanto tocam recebem elo-



Foto: Brígida Rodrigues

gios discretos ou mais escancarados, mas por meio das mensagens contidas em suas músicas, conseguem se auto-afirmar e mandar o recado direto aos mais assanhados. Aí os ânimos se acalmam e o samba segue.

MACHISMO

"O movimento do samba é machista porque os homens acham que mulheres não devem ter espaço", afirma com veemência Gê Manhosa, dona do Raízes Bar. Para ela, o ideal é uma roda de qualidade dividida entre homens e mulheres. Concordando com este pensamento, Selito SD, integrante do projeto Nosso Samba, de São Paulo. Ele diz que existe machismo no samba porque o samba reproduz o machismo arraigado na sociedade brasileira. Para Cida, percussionista do Samba D'elas, a resposta é óbvia, "se o samba não fosse um universo tão machista não teríamos razão de criar um grupo composto e administrado por mulheres", explica.

DISTÂNCIA

Como em diversos estados brasileiros que têm o samba como expressão popular, em São Paulo há formas diferenciadas de fazer samba. Uns fazem na própria comuni-

dade quando encontram abertura para tal. Outros vêm de localidades distantes. É o caso das mulheres do Samba D'elas. Parte do grupo mora na zona leste, mas distante da Penha, bairro onde está localizado o Raízes Bar. Também há as que moram na zona sul de São Paulo e percorrem distâncias de até 30 km. Tudo pelo samba. "Para mim isso aqui é essência, isso é o que me completa, é o que me faz feliz. Se algum dia eu não vier tocar no samba, não estarei plenamente bem", diz entusiasmada, Cida, percussionista do grupo.

PERTENCIMENTO TERRITORIAL

A lógica de sair de tão longe para fazer música remonta ao período em que os negros escravizados participavam da romaria em festa ao Bom Jesus de Pirapora, a 54 km da capital paulista. Naquela época, de acordo com registros históricos da década de 20, os negros acompanhavam fazendeiros na festa católica. Como não podiam entrar na igreja, ficavam do lado de fora. Ali era uma espécie de momento de confraternização, porque parentes separados pela escravidão se reencontravam e celebravam à africana: com música e dança.

Com o tempo, aconteceu a re-

percussão dos reencontros e cada vez mais negros escravizados passaram a participar da romaria. A quantidade de pessoas cresceu tanto que a Igreja Católica teve de construir um grande barracão para abrigar os negros. A noite chegava e dava vez à musicalidade ancestral no barracão. Até hoje a sonoridade e as expressões corporais daquela época influenciam o maculêlê, o jongo, o cateretê, os sambas - xula, raiado, do lenço, de umbigada, de roda, dentre outros.

Para o geógrafo Alessandro Dozena, quando se trata de samba, há uma espécie de desterritorialização do pertencimento da pessoa ao local em que são feitas as rodas. Dozena fez a cartografia social do samba em São Paulo com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e afirma que o rápido crescimento da capital paulista é responsável pela desterritorialização. "As pessoas mudam de endereço constantemente, mas mantêm a empatia, tradição ou até mesmo herança familiar por determinado movimento socio-cultural, por isso, saem de tão longe para ser, estar e participar do samba".

Selito SD, integrante do projeto Nosso Samba (grupo que se reúne quinzenalmente para manter

a tradição do Samba de Terreiro, partilhar novas composições, sambas consagrados, poesias e refletir sobre história e cultura, principalmente, no que diz respeito às questões do negro), fala do que faz pessoas saírem de tão longe para curtir o samba. "Temos necessidades que estão além do apelo midiático. O espírito é outro: o samba é uma prática, vou atrás da prática, da cultura. Também é um momento de culto, é identidade, é valor, é história, quem não vive isso, não entende e distorce", declara.

Rebatendo o samba comercial em São Paulo, o sociólogo musical Dmitri Cerboncini diz que diferente do Rio de Janeiro que é uma cidade bairrista, São Paulo ainda não criou um vínculo territorial por causa da distância e do crescimento. Ao mesmo tempo, o doutorando com projeto "Samba nas Engrenagens da In-

dústria Cultural", afirma que a criação, manutenção e volta dos grupos de samba tradicional na capital paulista é uma espécie de reação popular ao boom do "samba que se vende, o samba comercial".

As dificuldades que passam o samba e os praticantes da cultura rompem a barreira do tempo e a questão territorial. Mesmo tendo sambas comerciais nas rádios, rodas-de-samba nos bairros nobres, nas periferias e um grupo feminino de sambistas, o samba continua sendo discriminado em São Paulo ou em qualquer outro estado brasileiro. Selito SD diz que há apenas uma explicação "tudo isso acontece por conta do portador da cultura samba - o negro. Gostar de samba é gostar do negro, estar no samba, é estar com negros e nem todo mundo aceita ou se dispõe a isso sem outros interesses", declara.



Filme africano raro, divulgação "rara"

Mais uma leva de filmes africanos é exibida sem maior cuidado com material de divulgação, lacuna prejudica aproveitamento de material vigoroso e difícil de circular

Lunde Braghini*

Durante o mês de abril, sete curtas e nove longas e médias metragens africanos foram exibidos em Brasília na mostra "Clássicos Africanos Restaurados". Sequência de outras parcerias entre o Centro Cultural Banco do Brasil e a Cinemateca Francesa - como "Novo olhar do Cinema Africano" e "Os Sementais de Yennenga" -, a mostra de cinema africano eleva a 48 o número de títulos diferentes exibidos nas três ocasiões.

São filmes produzidos em 1957, 1965, 1966 (2), 1969, 1970, 1971, 1974 (2), 1975 (2), 1978 (3), 1979, 1981 (2), 1982, 1983 (2), 1987, 1989 (2), 1990, 1993, 1995, 1997 (2), 2000 (2),

2001 (4), 2002 (7), 2003 (5), 2004 e 2005. Em DVD, quase todos eles (uma ou outra exceção, por direito autoral) estão franqueados a exibições sem fins lucrativos, para quem firmar convênio com a Cinemateca (há instruções na internet).

Precariedade - No CCBB, a exibição sem fins lucrativos pareceu, também, sem fins culturais ambiciosos, a reparar no material de divulgação, outra vez precário. As sinopses de *Cartas Camponezas* (Senegal, 1975, PGB, 98 min.), de Safi Faye, e de *Fary L'Anesse* (Senegal, 1989, 21 min.), de Mansour Sora Wade, foram trocadas no único material de di-

DESPEDIDA

"...É a hora aê, é a hora, é a hora aê, de ir embora", o refrão cantado pelas mulheres com riqueza de tonalidades e harmonia vocal, indica que já é 0h. Hora de concluir a apresentação do Samba D'elas naquela quinta-feira. Hora de voltar para casa e enfrentar a rotina de milhares de mulheres brasileiras - família, trabalho e o que ocorrer, mas sem esquecer que tudo isso pode virar verso, poesia, acorde ou canção, regados ao ritmo que estas mulheres escolheram para resistir, decidir os próprios rumos musicais e se auto-afirmar com diplomacia: o samba. Em quinze dias elas voltam ao palco novamente, porque, parafraseando Jovelina Pérola Negra "o show tem que continuar".

QUEM FAZ PARTE DO SAMBA D'ELAS

Ana Elisa (percussão), Bia (surdo), Cida (pandeiro), Elisa (cavaquinho), Sandrinha (tamborim), Thaís (percussão) e Zanza (percussão). Participaram Serginho (violão), Beijoca (Cuica), Batata (reco-reco) e Marcos (cavaquinho).

ONDE ENCONTRAR SAMBA D'ELAS

Rua Guilherme Rudge, 100 (3ª Travessa atrás do Barracuda), Penha - Zona Leste
Entrada Franca
Tel: (11) 8491-1856 (Gê Mnosa)

**Jornalista (BA), aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora de imprensa do Instituto de Mídia Étnica (IME).*

visão da mostra - o caderno de programação do mês de abril -, já que não havia nem folder nem cartaz. Noutro momento, no resumo de *E não havia mais neve...* (Senegal, 1965, PGB, 22 min.), de Ababacar Samb Makharam, o uso de "bolseiro" por "bolsista" parece traír herança de sinopse portuguesa.

Em cinema, quando se diz que uma imagem vale por mil palavras, deve-se ter em mente que a "conversa" que os filmes geram em torno de si expressa algo de seu poder de comunicação, para além de sua exibição. Muito filme inacessível existe só em "estado de conversa". Lembro-me de

quanto os textos do jornalismo cultural nos familiarizavam com os nomes de filmes, atores e diretores comentados, que aprendíamos a "reverenciar" antes mesmo de vê-los e de que a experiência os "confirmasse" ou não para nós.

No contato com o cinema africano, a lacuna informativa produz espécie de experiência inversa: a de estar diante de imagens das quais nunca se teve referência interpretativa. E, com alguma honestidade (que não anula o vexame), com frequência temos dúvida até "de gênero", quando nos deparamos com os créditos. Não sabemos se estamos diante de um cineasta, como Flora Gomes - di-



retor de *Nha Fala* (2002), exibido na mostra Novo Olhar do Cinema Africano –, ou de uma cineasta, como Safi Faye, diretora de dois vigorosos filmes sobre a aldeia em que nasceu, Fadial, na região de Sérér, no Senegal.

Filmes – Uma “saída”, sempre, é apresentar as obras nas categorias em que a história “eurodidática” nos escola, e mencionar a África: pré-colonial – em *Taafé Fanga* (Mali, 1997), lenda de quando as mulheres tomaram o poder e fizeram os homens penar e pensar; colonial – quando *Os combatentes africanos da grande guerra* (Burkina Fasso/França, 1983) relembram sua “convocação” à força para o combate na I Grande Guerra; em luta pela independência – como no levante contra a colonização francesa em *Tabataba* (Madagascar, 1987); independente – em *E não havia mais neve...* um bolsista volta para participar da construção do país; em modernização e crise econômica – uma comunidade sérère reflete sobre as contradições de plantar amendoim para o mercado mundial, sem conseguir sequer subsistir, no mencionado filme de Faye; e em migração (ilegal), em

busca de condições de vida melhor fora do continente – como em *Bako, a Outra margem* (Mali/França, 1978).

Espécie de paródico faroeste africano (o primeiro, e não o único), *O regresso de um aventureiro* (Nigéria, 1966, 34 mim.), de Moustapha Alassane, deixa o espectador brasileiro na dúvida de estar entre emoções provocadas por uma “chanchada” ou por um “filme marginal”. Na história, rapaz regressa, de avião, dos Estados Unidos, onde comprara todos os equipamentos e adereços – chapéus, calças, coletes, coldres, revólveres, cintos – para formar uma gangue de bandidos no estilo do “Velho Oeste”.

Já os dois filmes da cineasta senegalesa Safi Faye (além do referido *Cartas camponesas*, foi exibido *Fad Jal* – 1979, 113 min.) exploram o universo camponês de um povoado sérère, exposto aos problemas do cotidiano e a pressões modernas, que vêm do mercado e do Estado. Numa sequência memorável de *Cartas camponesas*, os personagens definem ironicamente, de vários modos, o que significa “política”, para cada um deles – a nos fazer lembrar crôni-

ca semelhante de Machado de Assis, de 1885. Noutra, o avô da cineasta, um camponês chamado Kaddu Beykat, “ator” do filme, indaga-se sobre por que não voltam ao modo de plantar de antigamente, quando não passavam fome. Ele morreria 11 dias após as filmagens e seu nome deu o título original ao filme, *Kaddu Beykat*.

Especificidades – A exibição dos filmes africanos coincidiu com a exposição *Virada Russa*, que trouxe a Brasília material de artes plásticas produzido pela vanguarda artística, anterior e posteriormente à revolução soviética. Tanto a “descolonização africana” quanto a “revolução soviética” – assim como o desenvolvimento das artes plásticas da vanguarda e do próprio cinema – são manifestações de relevo da história contemporânea, mas encontram um terreno diferentemente preparado para sua recepção entre nós.

Parte da trajetória da vanguarda artística no início do século XX – especialmente a parcela soviética – inspirou uma linha marxista de reflexão sobre “meios de comunicação como meios de produção”. Iniciada em ensaios de Walter Benjamin, em meados da

década de 1930, essa vertente ganharia tentativas de desenvolvimento nos anos 1960 e 1970, em trabalhos de Roberto Schwarz (Brasil), Hans Magnus Enzensberger (Alemanha), Júlio García Espinosa (Cuba) e Raymond Williams (Inglaterra). Desse ponto de vista, a possibilidade de fazer cinema na África teria a ver com o desenvolvimento local do cinema como força produtiva no campo da comunicação.

As características com que nos países africanos, bem como no Brasil, a comunicação se desenvolveu, porém, levaram a padrões de “comunicação de massa e de “comunicação de elite” diferentes dos estabelecidos e imaginados a partir das experiências européia e norte-americana. Com toda carga paradoxal, nossos estudiosos tiveram que falar numa “literatura de elite acessível” (Antonio Candido) e numa “comunicação de massa sem massa” (Sérgio Caparelli), forjando uma terminologia nova, para dar conta de um quadro de reflexão sobre o subdesenvolvimento, todavia, pintado hegemonicamente de um ponto de vista branco.

**Mestre em Comunicação e jornalista (DF).*



Nem tudo era **italiano** mesmo!

Ana Flávia Magalhães Pinto*

"Avenidas, alamedas e ruas centrais, vemo-las completamente tomadas pelos automóveis; os carros que restavam nas estações ferroviárias e nas praças públicas são substituídos pelos taxis e fords, e, daqui a pouco, as carroças que estacionam em seus pontos prediletos serão dali banidas para outros lugares distantes... *E o progresso tudo vai modificando. O pobre trabalhador já não pode morar perto da cidade, vive lutando sempre para manter a sua família*". Essas são observações apresentadas por Moysés Cintra a respeito de sua cidade, São Paulo, nas colunas do *Clarim da Alvorada*, em 12 de outubro de 1924. Não sendo mero sentimento individual, esse misto de aposta e apreensão quanto ao futuro teve várias outras oportunidades de aparecer nas páginas do importante jornal negro fundado meses antes por José Correia Leite, entre outros, no bairro do Bexiga.

Mas, um instante... No Bexiga? Esse não é o bairro italiano? Um jornal negro feito ali fazia muito sentido? Respostas a tais perguntas podem ser encontradas em *Bexiga, um bairro afro-italiano*, livro de Márcio Sampaio de Castro, publicado no fim do ano passado pela editora Annablume. Fruto de sua dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade de São Paulo, o trabalho parte justamente da desconfiança e de uma constatação: "Os indivíduos das ruas não correspondiam exatamente aos indivíduos dos livros, dos jornais e da TV". Com efeito, as primeiras dúvidas não precisaram se fiar na leitura do *Clarim da Alvorada*. Márcio de Castro dispunha de pistas suficientes em sua própria família, posto que, como ele mesmo afirma, é filho de "um antigo morador do Bexiga e

legítimo descendente do povo africano".

Vencido o desafio de formular a pergunta, o comunicólogo logo deparou com outro problema de ordem histórica: o constrangimento de seu pai ao falar sobre assunto. A saída foi falar com outras pessoas mais velhas, seguir suas pistas, participar dos eventos daquele que já não é mais o seu bairro, encontrar novas pistas, fazer outras perguntas e, enfim, chegar a algumas repostas. Resultado, o Bexiga "oficialmente, Bela Vista" não foi e ainda não é apenas um bairro italiano. Os negros, descendentes de africanos escravizados, que, sobretudo no fim do século XIX, se fixaram nas várzeas do riacho Saracura estabeleceram dinâmicas próprias ao se apropriar daquele espaço, enquanto as localizações mais protegidas dos alagamentos iam sendo intensamente ocupadas por italianos, calabreses acima de tudo.

Tanto se fizeram presentes nesse espaço que, ao longo do século XX, alcançaram promover seus cultos religiosos de matriz africana; tornaram-se lideranças permanentes da igreja Nossa Senhora de Achiropita e de sua pastoral afro, desde a década de 1980; fundaram jornais e associações de apoio mútuo e capacitação profissional entre os anos 1920 e 1940; criaram cordões carnavalescos como o Vai-Vai da Saracura, em 1931, que se

transformou em escola de samba na década de 1960", bem como o Bloco Afro Oriashé, em 1988, sob forte influência dos movimentos negros da cidade e do país. Tudo isso fez e faz parte da história do Bexiga ou Bixiga, como gostam alguns de seus antigos moradores.

Castro, ao mesmo tempo, esforça-se em demonstrar que o contato com esses feitos torna obrigatório o debate sobre questões absolutamente próximas, tais como insegurança e instabilidade cotidi-

anas, repressão, exclusão espacial, intolerância religiosa e, por óbvio, racismo. Justamente por não negar a verdade histórica do contato com outros grupos sociorraciais no bairro (italianos, espanhóis e portugueses) – o que para muitos tem sido suficiente para concluir sobre a absoluta positividade de um certo "hibridismo à brasileira", é que o co-

municólogo consegue articular as informações decisivas para concluir que os termos dados para esse convívio, nada tranqüilo, serviram para justificar a repressão e ainda a exclusão dos negros desse bairro ao longo do tempo. Ou tal como fica sintetizado em suas palavras: "Enquanto se erige o mito da mestiçagem, rouba-se a especificidade do negro" (p. 31).

Bexiga, um bairro afro-italiano consegue, assim, ser um livro instigante, que vale a pena ser lido. Cabe, todavia, ressaltar que

outras empreitadas investigativas têm sido feitas a fim de acentuar as cores da São Paulo que se preferiu cinza, branca, entre outras cores, menos negra. Afora vários trabalhos dedicados à imprensa negra do século XX, podemos destacar ao menos dois: *Axé Madona Achiropita "presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da Igreja Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo"*, de Rosane Borges (Edições Pulsar, 2001); e *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, de Carlos José Ferreira dos Santos (Annablume, 1998).

Seja como, terminada a leitura, quem estiver por perto e sentir aguçada a curiosidade sobre as coisas de que fala Márcio de Castro, cabe dar uma volta pelas ruas Rocha, Almirante Marques Leão e Uma do Bexiga, que antes formavam o quadrilátero negro, saber como andam as coisas na igreja da Achiropita, bem como procurar saber melhor do destino daqueles que, uma vez forçados a sair do Bexiga, foram parar na Cidade Tiradentes, ou em outros lugares distantes. Para quem quiser continuar essa história, os rastros permanecem...

Márcio Sampaio de Castro. *Bexiga, um bairro afro-italiano*. São Paulo: Annablume, 2008. Valor: R\$ 32,00

A dissertação *Bexiga, um bairro afro-italiano: comunicação, cultura e construção de identidade étnica* também se encontra disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=Gco_obra=57573.

* Jornalista, mestre e doutoranda em História.





O crime no restaurante chinês

A mais nova obra do historiador Boris Fausto, editada pela Companhia das Letras, faz pensar sobre as diversas formas como a intelectualidade brasileira vem se aproximando da questão racial. Se, por um lado, pode-se sentir uma abertura para se tratar da temática, por outro, ainda é flagrante a resistência em se dar a exata dimensão do impacto do racismo na vida cotidiana do contingente negro.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

Primeiramente, há que se destacar o fato de que ler História está se tornando um exercício cada vez mais conectado com o prazer. Fausto filia-se à corrente da micro-história que, subvertendo a tradição teórica que tende a privilegiar o feito de "grandes personagens", adentra na vida cotidiana para dar luzes a fatos tidos como prosaicos, mas que retratam a paisagem social do momento estudado.

O livro narra e analisa fatos em torno de um crime ocorrido em 1938, num restaurante chinês em São Paulo, tecendo considerações que dão conta do processo policial e judicial, do Carnaval paulista, da Copa do mundo de 38 e de um modo, para se dizer o mínimo ambíguo, pelo qual o racismo permeia o emaranhado de acontecimentos que se sobrepõem.

Na manhã de uma quarta-feira de Cinzas, em 1938, Pedro Adukas, ao chegar ao restaurante chinês em que trabalhava, localizado na praça da Sé, encontra os corpos de seu patrão, o chinês Ho-Fung e sua mulher Maria Akiau, e de dois outros empregados do estabelecimento que lá trabalhavam há poucos dias: o lituano José Kulikevicius e o brasileiro Severino Lindolfo Rocha. Tratou-se de ação violenta, conforme constatado pela perícia, tendo sido os óbitos produzidos por pancadas, responsáveis por fraturas na cabeça das vítimas, além de comprovação de asfixia e esganadura em alguns dos corpos.

O crime alcançou as primei-

ras páginas dos maiores veículos da imprensa à época e as investigações policiais foram acompanhadas com interesse pelo público. Jornais e programas de rádio especulavam sobre um possível acerto de contas entre chineses ou mesmo um arrombamento mal sucedido, já que não houve subtração de nenhum valor do cofre da loja. Como de praxe, logo começaram também as cobranças na direção das autoridades policiais para que se encontrasse o autor ou os autores da chacina. Num primeiro momento, foram chamadas várias pessoas para depor, sendo os estrangeiros, japoneses, lituanos e especialmente chineses, alvo de grande suspeita.

Após alguma investigação e vários depoimentos colhidos, a suspeita recai sobre um homem de perfil mais atraente e convincente aos olhos da Polícia, que, de acordo com Boris Fausto, indica estar no encalço de um "preto suspeito". Arias de Oliveira, 21 anos, fora então detido a 9 de março, acusado de ser responsável pela chacina que se dera no restaurante chinês.

Um aspecto muito interessante trabalhado pelo autor é o que revela a forma como se conduziu a apuração dos fatos nesse inquérito. Apesar de indicar a violência policial como a fonte privilegiada para se arrancar as confissões (!?), Fausto nos dá acesso a todo um conjunto de medidas que foram acionadas como mecanismos de legitimação. É muito rica a descrição e análise do conjunto de testes a que Arias foi submetido, alinhados com os

princípios criminológicos da Escola Positiva. Tratava-se de uma análise antropsiquiátrica, que seria capaz de aferir a responsabilidade do indivíduo no cometimento da prática delituosa e que, apesar de não ter sido determinante para o desfecho do julgamento, ocupou boa parte dos autos processuais.

A 22 de março, mais de dez dias após sua prisão, Arias, nas palavras de Boris Fausto, "desaba psicologicamente" e confessa a autoria do delito. Ainda de acordo com o autor: "Quanto dessa confissão partiu da boca de Arias, das autoridades encarregadas do caso, que papel teve a ameaça de violência são questões sem resposta conclusiva".

Em janeiro de 1939 inicia-se o primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri. O júri era composto por homens, todos com nível superior, sendo pelo menos quatro médicos renomados em São Paulo, o que se mostrava relevante para o debate das provas médicas e as análises psicológicas realizadas no decurso do inquérito policial para a incriminação do réu. Arias foi considerado inocente (quatro votos contra três), prevalecendo o entendimento da insuficiência de provas.

O Ministério Público recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça, sendo o recurso acolhido pelos juízes da primeira Câmara de Apelação. Determinou-se, então, haver novo julgamento que só seria realizado em setembro de 1940. Novamente, os jurados eram homens com nível superior, sendo quatro médicos. Uma vez mais Arias foi

inocentado com a mesma divisão de opiniões que acompanhou o primeiro julgamento: quatro votos contra três.

O Ministério Público recorreu mais uma vez ao Tribunal de Justiça, mas, dessa vez, o veredito foi mantido e o réu considerado inocente pela Justiça. Arias ficara preso durante quase quatro anos antes de ser absolvido.

O esforço do autor em recuperar a tragédia do restaurante do chinês é acompanhado em vários momentos pela preocupação explícita de se trabalhar os termos e o peso do racismo envolvido no episódio e no contexto social em que este se insere. E um autor com a experiência e a habilidade de Boris Fausto nos fornece indícios bem desenhados de como o componente racial esteve presente nas práticas e no imaginário acerca do crime e dos eventos que o cercaram. Em verdade, o racismo e seus limites parece-me ser o grande mote da obra e, ao mesmo tempo, a falta de uma percepção mais apropriada do fenômeno, o seu grande calcanhar de Aquiles.

Fausto logo no início do livro adjetiva São Paulo como uma cidade de grande singularidade étnica. De acordo com sua visão, a São Paulo da década de 30 não mais era a "cidade italiana" do início do século, abrigando emigrantes da Europa e da Ásia que conviviam com os paulistanos e os cabeças-chatas (nome pejorativo dado aos trabalhadores nordestinos que chegavam à cidade). Há o

reconhecimento evidente, portanto, de que uma tensão racial está instalada na cidade numa acepção mais geral da análise.

Mas é na cobertura específica do crime e suas implicações que o autor pontua várias passagens em que o racismo contra o contingente negro da população se revela. Tratando da mídia, por exemplo, é interessante observar que mesmo quando o tom era de atenuar a imagem do criminoso temido, a cor da pele é o fator a ser salvaguardado. Em *A Gazeta*, temos a seguinte descrição de Arias no momento de sua prisão: "Mulato escuro, não obstante (sic), é até simpático e não oferece fisicamente a impressão de criminoso ou tarado. Tem a fala mansa, seus gestos são lentos e untuosos, não fuma e não tem antecedentes criminais".

Após a confissão do crime, um outra passagem importante é sublinhada pelo autor numa fala das autoridades policiais responsáveis pelo caso: "O criminoso, - Arias de Oliveira - preto de 23 anos, alto e muito forte é, ao que relatou o delegado de Segurança Pessoal, frio e cínico. Tão cínico que, estando na sala do Delegado o coronel Dulcídio Cardoso, o sr. Pedro de Alcântara, mostrando-lhe o preto, que ouvia despreocupadamente a conversa das duas autoridades...". É interessante notar aqui como se estrutura a perspectiva de Fausto na análise da questão racial. O autor pontua ser esse um dos poucos momentos no inquérito em que se dá a explicitação do perfil racial do acusado por parte das autoridades policiais, numa lógica que tende a minimizar o impacto do racismo no contexto em análise. Essa necessidade constante de Fausto em relativizar o alcance dessa variável, parece-me fazer com que ele perca de vista pontos que certamente enriqueceriam sua percepção dos fatos. Afinal, por que é na confirmação da autoria do delito que o Delegado lança mão da adjetivação racial de Arias? A categorização oficial do criminoso e a insistência em sua cor antes poucas vezes mencionada no inquérito não dizem mais do que silenciam? A análise não se dispõe a dialogar com esse tipo de hipótese, preferindo o autor tratar

o incidente como episódico.

Um dado fundamental ainda revelado na narrativa de Fausto é o de que a União Negra Brasileira (sucessora da Frente Negra) indicou um advogado negro, o Dr. Paulo Lauro, para a defesa de Arias de Oliveira, por entender que se tratava de caso com fortes indícios de discriminação racial na eleição do suspeito. É curioso também nesse particular perceber como o autor, mesmo abrindo o espaço da análise para considerar os motivos da intervenção da militância negra, não toma a tensão racial que assalta seu objeto de pesquisa a toda hora como um dos grandes eixos estruturantes da prisão e julgamento de Arias. É essa a grande resistência de Boris Fausto.

E é quando Fausto vai revelar ao final de sua narrativa os porquês da eleição do crime do restaurante chinês como tema central do livro que essa resistência vai se revelar de maneira mais explícita. De acordo com sua perspectiva: "Tanto a existência incontestável da dominação social quanto o preconceito de raça são caracterizações genéricas necessárias, mas que pouco nos dizem sobre suas formas e seus matizes, em particular quando se trilha o caminho da micro-história".

De acordo com seu entendimento, a pobreza e a menção a cor de Arias por tantas vezes repetida por testemunhas e o próprio acusado, se converteram em fatores de simpatia aos olhos da opinião pública. Mas há uma sutil e importante distinção da forma como Fausto se apropria da pobreza e da cor de Arias em suas conclusões.

O autor pontua que, de fato, estão presentes nos autos expressões do cunho de "preto fulano" ou "preta beltrana", naturalizadas de um passado escravista, mas que só incidente e excepcionalmente se encarnam na pessoa de Arias. Trata-se, em suas palavras, de uma espécie de "racismo ordinário", sem maiores consequências para o desfecho do processo. Questiona se os militantes do movimento negro estão certos em considerar São Paulo uma cidade em

que a incidência do preconceito racial é explícita em oposição a outras regiões do país. Para ele, portanto, as alegações do preconceito racista na condução do caso "suscitam muitas dúvidas".

Já em relação à pobreza de Arias, Fausto se permite ser mais assertivo. Diz ser

"quase certo" que réus endinheirados conseguissem a revogação da prisão preventiva negada a Arias e que o fato das vítimas serem pobres também "muito provavelmente" facilitou a absolvição do acusado, que seria mais severamente julgado fossem ricas as pessoas assassinadas.

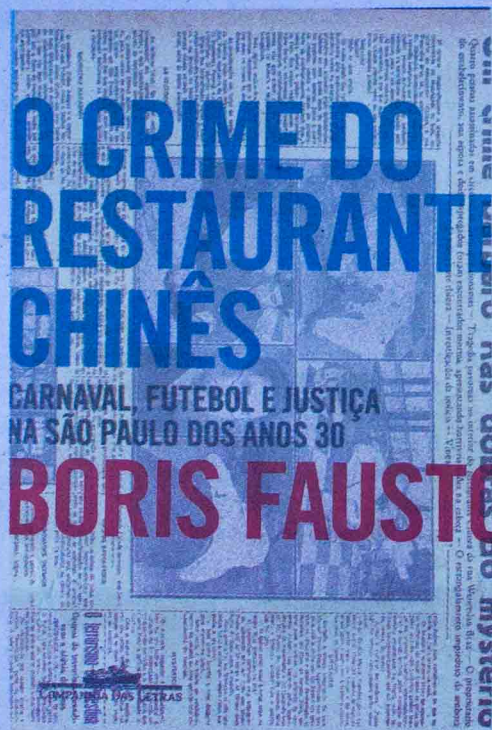
Esse tratamento distinto dado a duas variáveis aparentemente tão próximas da condição social de Arias é revelador da forma como alguns intelectuais brasileiros têm dialogado com a expressão do racismo no Brasil. Nesse caso, Boris Fausto tem elementos abundantes que explicitam, justamente na virada da década de 30, a forma como o racismo se estrutura entre nós, especificamente no recrutamento dos criminalizados. O tratamento de juízes

e promotores não é explicitamente racista por essas instâncias comporem uma cadeia em que há o endosso tácito de uma seleção policial que elege sistematicamente os homens e mulheres "de cor", se preferirmos utilizar a expressão tão empregada à época, para comporem as fileiras da punição. Os limites que a democracia racial impõe à enunciação do racismo não podem ser tomados como escudo para a aferição de seu impacto. Não se trata do racismo ordinário no sentido do prosaico, como Fausto quer alertar o seu leitor, mas do racismo naturalizado e estruturante das relações sociais o que está em pauta e na pauta de todos os indícios coletados pelo autor no decorrer de sua narrativa.

Fausto está com todos os elementos para compreender que é a estrutura racial assimétrica, apontada pelos militantes à época e por ele reconhecida de maneira genérica, que possibilita a existência desse tipo de processo estigmatizante dirigido à parcela negra da população. Não o faz com a profundidade que se espera de um autor do seu porte, porque há uma vedação *a priori* em reconhecer o alcance do racismo na vida das pessoas: antes e hoje. A pobreza é um fator possível de ser trabalhado nos limites da especulação histórica; o racismo, por mais que evidências fartas sejam colhidas, é algo que suscita muitas dúvidas para ser afirmado.

O crime do restaurante chinês de Boris Fausto é um livro que levanta questões pertinentes e que merece ser lido pelo prazer da leitura de uma obra bem escrita e pelas inteligentes associações formuladas pelo autor com o contexto social da época. Fica a boa notícia de que alguns grandes nomes de nossa Academia começam a se curvar diante da inevitável menção do racismo como categoria fundamental de suas análises. No mais, é um gostinho de quero mais e a sensação de que falta um pouco de coragem para se nomear sem reticências o que as fontes revelam com transparência.

**Advogada e Doutoranda em Direito (American University).*





Mulheres negras escrevem sobre suas memórias

Yalorixá Valnizia de Aiyará lança “Resistência e Fé”

Ao tecer lembranças, na comemoração de seus cinquenta anos, Mãe Val planta em todos nós sentimentos de renovação e continuidade.

Isabelle Sanches Pereira*

O foco são suas memórias. Falo de uma Literatura escrita por mulheres, marcada, de modo singular, por suas histórias de vida. Nela são compartilhadas emoções, sentimentos, dores, inseguranças. O relato sobre suas vidas íntimas, até então exercitado através da oralidade e em espaços privados, muitas vezes sem liberdade, inaugura nesse tipo de produção possibilidades de empoderamento feminino fundamentais, numa sociedade tão misógina, onde os nossos jeitos, modos de ser e de nos expressar são representados, muitas vezes, de forma pejorativa, onde o dizer é inviavelmente, falar demais.

O falar sobre si, desde criança é, para nós, mulheres negras, espaço de fortalecimento da identidade, de construirmos nossa história pessoal, estabelecer laços de amizade, inclusive com outras mulheres, práticas pouco estimuladas pela cultura machista, presente nas diversas instituições nas quais somos formadas. A escola, por exemplo, um dos mais importantes espaços formativos, apesar de ter o compromisso de formar leitoras/es e escritoras/es, não costuma criar pontes entre o universo do falar sobre si e o escrever sobre si.

Assim, ao nos depararmos ainda com uma prática curricular que despreza e rejeita as subjetividades de crianças, jovens e adultos, temos a escola como um lugar estranho e distante dos sujeitos. As histórias de vida, sendo rotuladas de educação informal, são uma das marcas da institucionalização da negação de repertórios fundamentais para



Sra. Valnizia de Aiyará (Mãe Val)

um processo educacional significativo como a história e a cultura afro-brasileira e africana, onde as mulheres negras são fontes valorosas.

Para nós, mulheres negras, escrever é se apossar da arte para dar

visibilidade a nossas histórias e, com isso, também, ter a possibilidade de fazer migrar fatos escondidos no privado para o mundo público. A escrita é como um megafone da alma...

Parece natural pensar a escrita sobre a vida privada como uma atividade feminina, já que, ainda hoje, continuamos tantas vezes encarceradas nesse espaço. Talvez, sejamos nós as pessoas que mais escrevem esse tipo de texto, desde os primeiros bilhetes – eu mesma adorava –, passando pelos diários na adolescência, cadernos onde confidenciamos a nós mesmas nossos primeiros segredos, incompreensões sobre a vida, desejos afetivos... Mas os nossos relatos sobre a vida pessoal dificilmente são transformados em obras de alcance público, já que, no Brasil, o ler e escrever e, ainda mais o publicar, ainda são práticas comuns aos homens e mulheres brancos/as e aos espaços acadêmicos.

Contudo, as mulheres negras, dentre outras conquistas, têm cada vez mais rompido esses bloqueios sociais, utilizando o que não foi feito/pensado para nós – a escrita – como instrumento de expressão da intimidade, como parte do político, revelando, através de suas memórias, que mesmo em tempos de lutas históricas realizadas pelas mulheres, a condição feminina negra é a mais vulnerável no que diz respeito à garantia dos direitos humanos.

Assim, a escrita da memória faz conexões entre tempos históricos, situa como viviam essas mulheres, suas famílias, valores morais, sexuais, formas de participação possíveis na vida pública, apontando para mudanças sociais onde são construídas suas identidades. Nessa literatura feminina, há um

imbricamento entre a subjetividade e a linguagem, que se coloca como um estilo de escrita que pode ao mesmo tempo estar dotada de leveza e contundência na abordagem das coisas da vida.

O que disse até aqui foi um pouco do sentido e refletido depois de ler o livro de minha Yalorixá, Valnizia de Oliveira, **Resistência e Fé: Fragmentos de vida de Valnizia de Aiyrá**. Ela nos diz: *"Entendo que nesses 50 anos plantei um pouquinho da minha forma, do meu jeito, da maneira como aprendi com meus mais velhos e também com os mais novos, na rua, no bairro e depois no terreiro. Tenho o propósito de que a minha forma de enfrentar o mundo ajude a constituir fé para os que me acompanham e os que estão chegando nessa vida. Resistência e fé sempre foram marcas de nossa raça e de nosso povo, de nossa religião, então na minha vida não poderia ser diferente"*. (p.22)

Neste livro, a autora comemo-

ra os seus cinquenta anos, contando, através de memórias autobiográficas, histórias sobre sua vida como moradora desde criança do Engenho Velho da Federação, bairro de Salvador de população de maioria negra, com aproximadamente 80 mil habitantes, reconhecida como uma comunidade de resistência negra na cidade. Fala sobre sua família de sangue, os caminhos até a iniciação religiosa e a assunção enquanto Yalorixá no Terreiro do Cobre.

O livro foi lançado no dia 09 de maio de 2009, onde estiveram presentes autoridades do candomblé, militantes do Movimento Negro, estudantes, professoras(es). O clima era de comemoração, não só da autora e das suas filhas e filhos, mas de todas(s) que reconheciam aquele momento como um fato importante para o povo negro, na medida em que a publicação do livro de Mãe Val simboliza a possibilidade de autoria de outras tantas mulheres negras.

Ela, durante o lançamento, nos contou: *"decidi escrever o livro porque a nossa história tem sido contada sempre por outros. Um intelectual que vem, nos pergunta, escreve. Acho que nós devemos escrever sobre nós mesmos"*. As dificuldades de uma mulher negra que ainda adolescente encarou desafios enormes diante da responsabilidade em assumir as funções religiosas delegadas por sua ancestralidade, nos permite viajar no tempo encontrando pistas, nexos sobre ser mulher negra, viver em Salvador, uma cidade dualizada pela beleza das pessoas, do lugar e pelas desigualdades derivadas do racismo.

Assim, durante todo o livro, Mãe Val nos presenteia com uma narrativa que nos faz lembrar coisas da nossa infância negra: brincadeiras onde a rua era um lugar possível de estarmos sem medo, onde a violência não nos vigiava; a presença da natureza ainda não devastada; o papel das relações de parentesco e vizinhança como redes

educacionais e de solidariedade e proteção.

Minha Mãe nos convida, ao iniciar parágrafos e parágrafos com a frase: *"Segundo os meus mais velhos"*; a recuperarmos e reafirmarmos princípios ancestrais africanos, como o da função educadora das(os) mais velhas(os). Ao citá-las (os) como fontes, ela ressalta a importância de seus ensinamentos, de serem pessoas que, por sua experiência – afinal, antiguidade é posto –, podem e devem participar com distinção dos espaços sociais, a exemplo, do seu lugar e atuação nos terreiros de candomblés.

Ao tecer suas lembranças, Mãe Val planta em nós sentimentos de renovação e continuidade. Em tempos difíceis como estes, onde resistir ainda é uma condição, lições de fé como esta só nos fortalecem.

**Yão do Terreiro do Cobre, professora da Universidade do Estado da Bahia/Uneb, educadora do Ceafro, mestre em Educação.*

Sua colaboração é decisiva, sem ela não poderemos continuar

O Ìrohìn é uma organização não-governamental sem fins lucrativos com dois produtos de mídia: o jornal impresso e um sítio na internet. A demanda diária por assinatura gratuita continua e já alcançamos cerca de 11.000 assinantes no Brasil e no exterior. Está disponível na internet, desde 29 de maio de 2006, o Ìrohìn on line (www.irohin.org.br), com atualização diária. Nossa website recebeu, em 2008, 302.009 visitas. A média de visitas no ano foi de 825,16 por dia. Maio e novembro destacaram-se como meses de maior visitação do ano, com 38.493 e 34.919 visitas, respectivamente.

Os custos de elaboração, impressão e distribuição são crescentes (esta edição, em razão de nossas dificuldades, teve a tiragem reduzida de 16.000 para 12.000 exemplares) e queremos, com sua contribuição, continuar a informar e fortalecer a luta contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais. Sua doação deverá ser depositada na conta **Irohìn, Banco Itaú, agência 1584, conta corrente 18100-0, valor mínimo de R\$15,00.**

Irohìn - Banco Itaú
Ag.: 1584 -CC: 18100-0





Impactos da inserção da atividade turística no candomblé de Salvador

Nivia Luzia Silva de Santana*

O Turismo é uma atividade dinâmica que engloba múltiplos segmentos, fundamentados a partir da relação direta e indireta entre pessoas, prestação de serviço e troca de culturas distintas. Os produtos culturais como as festividades, expressões artísticas, gastronomia, tradições orais, obras arquitetônicas e mesmo a religiosidade, são na sua maioria elementos motivadores ou atrativos para o desencadeamento desta atividade.

Ao longo do processo de desenvolvimento histórico, o Turismo teve um impacto sobre tudo e todos que estiveram em contato com ele. Num plano ideal estes impactos deveriam ter sido positivos, no tocante aos benefícios obtidos tanto pela área de destino quanto pelos seus residentes.

Na cidade de Salvador, a atividade turística é extremamente motivada pelo forte processo cultural adquirido em meio a todo legado herdado dos povos africanos escravizados e que aqui preservaram e reconstruíram seus modos de vida de forma bastante singular. Tornando-se, por isso mesmo, na contemporaneidade, um importante destino turístico – e como tal, sujeito aos impactos que essa atividade pode exercer. Sabe-se que “indústria” organizada para gerar consumo pode ser descomedida, “coisificando” pessoas, transformando bens intangíveis em “produtos”, caricaturando modos de vida e, deste modo, levando prejuízo tanto para o turista quanto para o destino estabelecido, contrariando, portanto, o que se propõe o turismo no plano ideal. Segundo Luiz Renato Ignarra, autor do livro *Fundamentos do Turismo*, “Quando acontecimentos especiais são preparados e promovidos como atrações turísticas, há sempre o risco de que eles possam se tornar meros produtos comercializados. Se isso acontecer, a sua autenticidade será eventualmente, destruída, e é a autenticidade o aspecto principal que busca o visitante.”

Turismo no Terreiro – A religiosidade de matriz africana no Brasil provoca em seus adeptos o sentimento de pertença, de compartilhamento, cumplicidade ampla que confe-

re identidade, mesmo considerando a situação da “sociedade moderna de massa”, em que o indivíduo tem lugar preeminente. Tal sentimento está diretamente ligado à dinâmica da sociedade baiana composta majoritariamente por descendentes de africanos, e, digamos de uma vez, à sua identidade. Sendo assim, as questões pertinentes à comercialização da religião de matriz

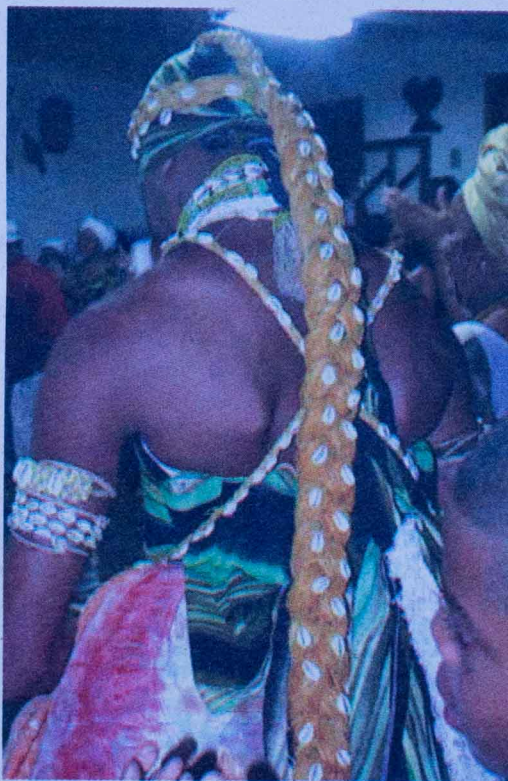


Foto: Alberto Lima

africana, o candomblé, não é algo que se possa tratar de maneira isolada, pois demanda uma série de fatores vinculados a uma longa história, e que necessita de uma cautela especial.

O Terreiro de Candomblé não se isola da comunidade não religiosa, é um local de atuação, integração e desenvolvimento. Não é algo estático, ao contrário, engloba a função sócio-religiosa que estabelece laços com outros indivíduos através de ações de natureza pública comunitária. Não podemos simplesmente subesti-

mar a força da indústria turística e negligenciar os possíveis impactos que ela pode causar nos Terreiros de Candomblé.

Possivelmente, a atividade turística nos Terreiros de Candomblé consiga provocar aquilo que mesmo as várias investidas históricas contra eles – fosse pela ação da Igreja, fosse através do Estado – não tiveram êxito: sua demonização, despolitização e conseqüente mitigação, através da descaracterização dos festejos litúrgicos gerados pela banalização e comercialização da cultura, comprometendo assim a própria identidade e modo de vida da comunidade de terreiro. Percebeu-se na religiosidade a oportunidade de disseminar a cultura do consumo, e suprir carências culturais na cidade de maneira rentável a partir da necessidade do visitante de interagir com outros modos de vida. Assim, ainda hoje o legado africano permanece em pleno estado de confrontação com o sistema dominante e racista que historicamente buscou degradar sua estrutura.

Analisar essa relação e as conseqüências daí decorrentes para a dinâmica dos cultos afro-brasileiros constitui uma questão de primeira ordem, tanto para o turismo, no sentido de reflexão sobre os limites a serem estabelecidos, quanto para a sociedade brasileira, que com isso põe em risco sua própria identidade. Curiosamente o turista que visita uma igreja não interfere nos processos de ordem litúrgica, por mais que aja visitação, ele se beneficia dos aspectos externos da religião. Todavia, este processo de comercialização teve início nos âmbitos da Igreja Católica (com a venda de indulgências etc.), mas a banalização veio ocorrer com a religião cuja matriz foi a África. Seria isso uma coincidência?

*Bacharel em Turismo – Fundação Visconde de Cairu (Salvador/Bahia) em 2007.;

Coordenadora Pedagógica do Instituto Oyá, Salvador/Bahia;

Desenvolve pesquisa sobre os impactos da inserção da atividade turística nos terreiros de Candomblé na cidade de Salvador.



CONTO & FAMÍLIA

Foto: Alberto Lima



DOMINGO

Para Jônatas Conceição da Silva e Agnus Ribeiro

Naquela manhã, mamãe acordou de mal com as palavras. Quando saímos do quarto, cada um a seu tempo e ritmo, já a encontramos muda... Ou quase. Era domingo – dia em que mais cantolava – e sua introspecção nos deixou intimamente em estado de alerta.

Durante o café, meu olhar interrogava os quatro menores, que me davam de ombros. Tuninho, o caçula de seis anos, além dos ombros, mostrou-me as palmas das mãos, o lábio inferior e arregalou os olhos em negativa. Mamãe, vindo da cozinha, o surpreendeu no exagero deste gesto, mas, graças aos seus chinelos, encontrou os demais com olhos fixos no pão que ia do prato à boca. Papai não estava conosco, pois dobrou o turno de trabalho, e só chegaria à noite. No seu lugar, a mudez sentara-se à mesa. E poderia ter feito uma ceia farta...

Ao longo do dia, tentando decifrar aquela hóspede incômoda, fazíamos retrospectivas do nosso sábado. Eu, com quinze anos incompletos, dirigia os interrogatórios. No fundo, não esperava revelações das minhas irmãs e irmãos – *aquele* silêncio era abso-

lutamente estranho a todos nós. Um silêncio quase sem pausas, sem resmungos. Feito somente de respiração.

Poucas coisas a deixavam tão assim para si mesma, e nenhuma delas – que lembrássemos – havia acontecido. Não havíamos brigado a ponto de bater um no outro, nenhum vizinho se mudou deixando dívida na sua quitanda, nem papai se atrapalhara na compra de mantimentos para a casa, ou roupas e sapatos para nós. Aliás, estes esquecimentos eram o que mais faziam mamãe zangar-se – e calar-se. Eu imaginava que por causa do constrangimento de ir trocar os alimentos, ou pedir à costureira vizinha para acrescentar nesgas nas roupas fazendo-as caber em algum de nós.

Nada disso ocorrera, entretanto, e ainda que houvesse ocorrido, o silêncio daquele dia era maior que tudo. Era preciso ter acontecido todas aquelas coisas juntas para que as palavras sumissem, como sumiram. Desde que viemos da Bahia, foi a primeira vez que me senti numa cidade estranha, numa casa estranha. Eu tinha a certeza que papai resolveria aquele enigma. “Mas a que horas

chegaria?” Naquela época, do Pina até o Engenho do Meio era quase um Capibaribe!

O fim de tarde na “avenida” de pequenas casas em que morávamos – na verdade um beco sem saída – foi quieto, como sempre, mas achávamos que a culpa estava em mamãe; que sua mudez, não se contentando em ocupar toda a nossa casa, saíra à rua, calara o mundo, e por isso a noite chegou sem ruídos.

No quarto havia dois beliches. Uma das camas de cima era só minha, a outra, da irmã logo depois de mim e do caçula. A irmã e o irmão do meio, que ainda faziam xixi na cama, dormiam nos leitos de baixo. Aquela visita inesperada e misteriosa nos arrastou mais cedo para o quarto, e cada um de nós teria uma companhia ao dormir. Pedacinhos de silêncio.

Eram 23:45h. O que me assustou mais não foi ter sido acordado diante daquela luz acesa, e sim estar ouvindo a voz de mamãe novamente. Ela sacudiu levemente minha perna e chamou meu nome, até me ver sentado na cama protegendo os olhos da claridade. Fez o mesmo com todas as crianças.

Nem o rumor de tampas e panelas sendo mexidas, que nos chegava da cozinha, nem o estrondo das duas frases que mamãe iria nos dizer eram, naquele momento, mais importantes para mim que a sua própria voz. E quando ela acordou o último de nós, sumiu ao corredor, retornando alguns segundos depois com três crianças pela mão. Parou na porta do quarto e disse: – São seus irmãos. A partir de hoje, dormem com vocês.

E saiu do quarto, fechando a porta entre nós.

Aos poucos, fomos tirando aquela mudez de debaixo dos nossos lençóis. Cochichando, eu lembrava aos menores que éramos sempre solidários com as pessoas, e daríamos um jeito de acomodar os pequenos no quarto.

“...mas papai poderia ter avisado...”

Lande Onawale

ISSN 18085369



9 771808 536008 >